



RELATÓRIO de GESTÃO

2019



Relatório de Gestão do Ano de 2019
Força Aérea Portuguesa
NIF 600 010 686
Avenida da Força Aérea Portuguesa, n.º 1
2614-506 Amadora
E-Mail: rp@emfa.pt



NOTA DE ABERTURA

Concluído mais um ano económico, numa perspetiva de melhoria contínua, torna-se fundamental analisar a gestão efetuada e os resultados alcançados, tendo presente os objetivos definidos e os recursos disponíveis. As lições identificadas serão o ponto de partida para delinear novas metas e objetivos, enfrentar novos desafios e manter os referenciais de excelência no cumprimento das missões atribuídas à Força Aérea.

O Relatório de Gestão constitui um imperativo legal e é o documento agregador e analítico de toda a informação do processo de prestação de contas, do qual faz parte.

Portugal enfrentou na última década uma das maiores crises económicas e financeiras da sua história recente, com a respetiva problemática da sustentabilidade das finanças públicas. Neste contexto, a política orçamental caracterizou-se por acentuados constrangimentos visando a consolidação, o equilíbrio e a estabilidade financeira do país. A Força Aérea não esteve, nem podia estar, alheada deste esforço, refletindo-se na disponibilidade de recursos financeiros, materiais e humanos.

Estas dificuldades impuseram uma incessante necessidade de encontrar e aprimorar novas metodologias de trabalho, continuando a pautar-se pela definição criteriosa de prioridades e racionalização de recursos. No entanto, esta situação de subfinanciamento perpetuado no tempo não é inconsequente e em 2019, o regime de esforço, a taxa de prontidão das aeronaves e a qualificação e treino operacional das tripulações continuaram a descer e atingiram limiares mínimos.

Apesar das dificuldades, a Força Aérea continua a ser um referencial de excelência, dinamismo e resiliência o que lhe tem permitido, além do cumprimento das missões atribuídas, enfrentar novos desafios, desenvolver novos projetos e consolidar outros, como tem sido os novos sistemas de armas, a realocização do seu dispositivo o cumprimento da nova missão do comando e gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais, mas também, fora da área operacional, a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e a implementação do módulo de recursos humanos e vencimentos, que constitui o terceiro vértice estruturante da contabilidade de gestão na Força Aérea, a par dos módulos financeiro e logístico.

Esta inequívoca demonstração de vitalidade e de compromisso com o país e com os portugueses, apesar das restrições, está alicerçada na competência profissional e no sentido do dever dos militares e civis que servem a Força Aérea, os quais continuarão a dar o seu melhor, focados nas missões que a Nação nos reservar.

O General CEMFA

Joaquim Manuel Nunes Borrego

SUMÁRIO



• Atividade Operacional

Durante o ano de 2019, a Força Aérea realizou 11.732 saídas, correspondendo a 16.731 horas de voo, das quais 1.876 horas foram realizadas em missões internacionais. Foram efetuados 26 salvamentos em 78 missões de busca e salvamento. Foram realizadas 498 evacuações sanitárias, maioritariamente, nos Açores e Madeira e 39 evacuações a navios, totalizando o salvamento de 655 doentes. No âmbito da fiscalização das pescas foram efetuadas 72 missões, cobrindo uma área de 4.316.000 NM2.



• Recursos Humanos

No final do ano de 2019, a Força Aérea tinha 6.352 efetivos na sua estrutura, número este que representa uma variação negativa de 4,9%, relativamente ao ano anterior. A diminuição de efectivos deve-se, essencialmente, à diminuição verificada na categoria de praças. Esta redução continua a ter um impacto negativo na capacidade operacional.



• Orçamento

A Força Aérea teve, no ano de 2019, uma taxa de execução orçamental de 90%, no cômputo global, o que representa um montante executado de 435,6 milhões de euros. Neste montante estão incluídas as verbas respeitantes às Forças Nacionais Destacadas, ao Aeroporto Complementar de Lisboa e ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais. As dotações atribuídas à Força Aérea foram restringidas por mecanismos legais, designadamente, as reservas legais, os cativos legais e os cortes nos fundos disponíveis.



• Património

A 31 de dezembro de 2019, o ativo da Força Aérea totalizava cerca de 5,227 mil milhões de euros, composto, maioritariamente, por terrenos, edifícios, infraestruturas, bens e equipamentos militares. As dívidas de clientes totalizaram 14,1 milhões de euros, sendo que as dívidas de cobrança duvidosa tiveram um ligeiro aumento relativamente ao ano transato. O resultado líquido foi positivo, totalizando 3,6 milhões de euros.



• Perspetiva Futura

Uma gestão ponderada e a otimização dos recursos disponíveis são essenciais para colmatar a conjuntura financeira nacional, que tem restringido, de forma expressiva, o financiamento para a sustentação das frotas da Força Aérea. No ano de 2019, 52,5 milhões de euros foram direcionados para custos diretos com a operação. Este valor é significativamente inferior ao montante necessário para fazer face às necessidades decorrentes do nível de ambição previsto no Conceito Estratégico Militar e vertido no sistema de Forças Nacionais. Apesar dos constrangimentos, é fundamental que a Força Aérea continue a manter a capacidade de cumprir, em segurança e com eficácia, as missões atribuídas.

AERONAVES



TB-30 EPSILON



ASK-21



AW119MKII "KOALA"



SE 3160 ALOUETTE III



C-130 HERCULES



C-295 M



DHC-1 CHIPMUNK



EH-101 MERLIN



F-16 FIGHTING FALCON



FALCON 50



P-3C ORION



P-3C ORION

IV. Lista de Abreviaturas

ACL – Aeroporto Complementar de Lisboa	LDN – Lei de Defesa Nacional
AFA – Academia da Força Aérea	LIM – Lei das Infraestruturas Militares
CA – Comando Aéreo	LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	LOFA – Lei Orgânica da Força Aérea
CFMTFA – Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea	LPM – Lei de Programação Militar
CLAFA – Comando da Logística da Força Aérea	MDN – Ministério da Defesa Nacional
C-130H – <i>Lockheed C-130H / H-30 Hercules</i>	MLU – <i>Mid Life Update</i>
C-295M – <i>EADS C-295M</i>	OE – Objetivos Estratégicos
DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais	ONU – Organização das Nações Unidas
DFFA – Direção de Finanças da Força Aérea	OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
DGO – Direção-Geral do Orçamento	PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
DIVPLAN – Divisão de Planeamento	pp – Pontos percentuais
EDA – <i>European Defence Agency</i>	QP – Quadro permanente
EH-101 – <i>Agusta-Westland EH-101 Merlin</i>	RC – Regime de Contrato
EMFA – Estado-Maior da Força Aérea	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas	SIG – Sistema Integrado de Gestão
FISS – <i>Full In Service Support</i>	SIGDN – Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
FND – Forças Nacionais Destacadas	TAV – Taxa Anual de Variação
F-16 – <i>Lockheed Martin F-16</i>	UE – União Europeia
F-16 MLU – <i>Lockheed Martin F-16 AM</i>	VDI – Vigilância, Detecção e Identificação
HV – Horas de Voo	VRP – Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	
JIRS – <i>Joint, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>	

Índice

I.	Nota de Abertura	
II.	Sumário	
III.	Sistemas de Armas	
IV.	Lista de Abreviaturas	
1.	Introdução	1
1.1	Enquadramento	1
1.2	Aspetos Contabilísticos	2
1.3	Estrutura Organizacional	3
2.	Análise da Atividade Desenvolvida	6
2.1	Estratégia de Gestão	6
2.2	Comunicações e Sistemas de Informação	8
2.3	Recursos Humanos	10
2.3.1	Indicadores de Atividade	13
2.4	Atividade Logística	14
2.4.1	Indicadores de Atividade	16
2.5	Atividade Operacional	17
2.5.1	Indicadores de Atividade	22
2.6	Instrução	22
2.6.1	Indicadores de Atividade	24
3.	Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa	25
3.1	Estrutura da Receita e da Despesa	25
3.2	Execução Orçamental por Fonte de Financiamento	28
3.3	Execução das Missões com Forças Nacionais Destacadas	31
3.4	Execução do Plano Plurianual de Investimentos	32
3.4.1	Lei de Programação Militar	32
3.4.2	Lei das Infraestruturas Militares	33
3.4.3	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central	34
3.5	Evolução da Receita e da Despesa	34
3.5.1	Indicadores Orçamentais	36
4.	Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados	37
4.1	Análise da Situação Patrimonial – Balanço	37
4.2	Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados	40
4.2.1	Indicadores Financeiros	43
4.3	Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	43
4.4	Informação sobre Publicidade Institucional	44
5.	Perspetiva futura	45
5.1	Objetivos de Gestão	45
5.2	Pessoal	46
5.3	Operação	47
5.4	Capacidades Militares	51

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma da Força Aérea	5
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Perspetivas de Gestão da Força Aérea.....	7
Tabela 2 – Indicadores de Atividade.....	14
Tabela 3 – Despesa Efetuada nas Múltiplas Vertentes Logísticas por Fonte de Financiamento (2019).....	16
Tabela 4 – Indicadores de Atividade.....	17
Tabela 5 – HV por Tipo de Missão (2019).....	20
Tabela 6 – HV Realizadas em Missões Operacionais Internacionais.....	21
Tabela 7 – Indicadores de Atividade.....	22
Tabela 8 – Inscrições e Reprovações na Academia da Força Aérea.....	23
Tabela 9 – Indicadores de Atividade.....	24
Tabela 10 – Receitas de Fundos Próprios (2019).....	25
Tabela 11 – Estrutura da Despesa (2019).....	26
Tabela 12 – Grau de Execução por Fonte de Financiamento (2019).....	29
Tabela 13 – Evolução do Orçamento Disponível.....	30
Tabela 14 – Execução da Lei de Programação Militar por Capacidade (2019).....	32
Tabela 15 – Execução da LIM.....	34
Tabela 16 – PIDDAC: Execução do Orçamento.....	34
Tabela 17 – Indicadores de Execução Orçamental (2019).....	36
Tabela 18 – Balanço.....	38
Tabela 19 – Demonstração de Resultados.....	42
Tabela 20 – Indicadores de Execução Financeira.....	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria.....	11
Gráfico 2 – Distribuição por Género.....	12
Gráfico 3 – Variação de Efetivos por Género (2018/2019).....	12
Gráfico 4 – Nível de Formação (2019).....	13
Gráfico 5 – Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas (2019).....	14
Gráfico 6 – Ações de Manutenção por Frota (2019).....	15
Gráfico 7 – HV: Nível de Ambição/Planeadas/Efetuadas (2019).....	18
Gráfico 8 – HV por Tipo de Atividade.....	19
Gráfico 9 – Atividade do CFMTFA.....	23
Gráfico 10 – Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores.....	27
Gráfico 11 – Despesa: Pessoal vs Funcionamento e Operação.....	28
Gráfico 12 – Execução Orçamental das FND (2019).....	31
Gráfico 13 – Evolução da Receita.....	35
Gráfico 14 – Evolução da Despesa Orçamental.....	36
Gráfico 15 – Síntese das Dívidas de Clientes.....	44

1. Introdução

1.1 Enquadramento

O Relatório de Gestão de 2019 é uma peça de reporte indispensável na apresentação de contas ao Tribunal de Contas, no âmbito da Conta de Gerência. Este pretende expor, de forma elucidativa, as atividades realizadas ao longo do ano, bem como, as práticas de gestão desenvolvidas no cumprimento da missão da Força Aérea Portuguesa.

Este documento está destinado a todos os potenciais utilizadores da informação nele exposta sendo, por isso, produzido tendo como suporte uma linguagem compreensível. Apresenta-se como uma oportunidade para que todos os militares e civis, pertencentes ao ramo, reflitam sobre o desempenho executado nas missões, através de uma visão estratégica e de uma imagem autêntica do encargo que é atribuído à Força Aérea. Adicionalmente, demonstra a gestão dos recursos que se encontram disponíveis, de forma transparente e concisa.

No que concerne à sua elaboração, o Relatório de Gestão de 2019, segue as linhas preparatórias dos relatórios executados nos exercícios económicos anteriores, com o objetivo de assegurar a comparabilidade da informação a prestar, ao procurar sinergias entre as estratégias do passado e do futuro.

A extensão do Relatório de Gestão permite um entendimento inteligível pelos utilizadores, ao sintetizar os documentos, quer contabilísticos, quer informacionais, que foram produzidos durante o ano. A sua estrutura está dividida em cinco capítulos seguidamente enunciados.

No primeiro capítulo é realizada uma introdução aos objetivos do Relatório de Gestão, aos Aspetos Contabilísticos que o enquadram, bem como, uma apresentação sumária da Estrutura Organizacional da Força Aérea.

No segundo capítulo é analisada a Atividade Desenvolvida, nas suas componentes mais relevantes como, por exemplo, a Estratégia de Gestão, a Comunicação e Sistemas de Informação, os Recursos Humanos e a Atividade Logística, Operacional e de Instrução, apresentando, sempre que adequado, indicadores ilustrativos do desempenho alcançado.

O terceiro capítulo engloba a Execução Orçamental, analisando as componentes do Orçamento de Receita e de Despesa, por fonte de financiamento, bem como, dos programas de investimento.

No quarto capítulo é feita uma análise ao Balanço, à Demonstração de Resultados e à evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo.

No quinto, e último capítulo, é realizada uma reflexão das perspetivas futuras, nos pontos mais relevantes.

Neste contexto, de acordo com a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, na sua redação atual, é apresentado o Relatório de Gestão como documento integrante da prestação de contas da Força Aérea.

1.2 Aspetos Contabilísticos

Dotada de autonomia administrativa, a Força Aérea integra-se na administração direta do Estado, através do Ministério da Defesa Nacional (MDN), departamento governativo da administração central, estando sujeita à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas. Neste enquadramento, a elaboração da prestação de contas da Força Aérea teve em consideração as normas estabelecidas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, sendo-lhe aplicável o Anexo A.1, relativo ao regime integral, no qual se incluem as demonstrações financeiras e as orçamentais e o relatório anual de gestão, e o Anexo A.4, referente aos documentos genéricos.

O atual sistema de contabilidade e prestação de contas da Força Aérea tem como suporte o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), partilhado pelos vários organismos que incorporam o MDN.

O SIGDN foi e continua a ser um projeto de grande dimensão, modular e de implementação faseada. Na sua génese verificaram-se objetivos ambiciosos, tais como, a adesão ao Regime de Administração Financeira do Estado, a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública e a padronização de procedimentos, através da integração da informação sob uma plataforma tecnológica comum, com a finalidade de produzir informação agregada, harmonizada e comparável, para a gestão, aos diversos níveis da Defesa Nacional. Mantendo uma política de melhoria contínua, atualmente, o desafio consubstancia-se na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A implementação do SNC-AP, a 1 de janeiro de 2019, implicou um relevante trabalho prévio, patente em diversas vertentes, nomeadamente, nos contributos para a definição das políticas contabilísticas agregadas ao nível da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, nos testes de aceitação à consistência operacional e técnica das alterações efetuadas em SIGDN, inerentes à adoção do novo sistema contabilístico, na formação de recursos humanos afetos à área financeira e na exaustiva análise e avaliação dos ativos fixos tangíveis e do ativos intangíveis, afetos à Força Aérea.

O ano de 2019 ficou, deste modo, marcado pela adoção do SNC-AP, materializando uma continuidade nos trabalhos preparatórios conduzidos no ano económico anterior, em conformidade com o preconizado nas diferentes normas contabilísticas que o regulamentam.

Concorrendo para o balanço de abertura, vários ajustamentos se impuseram, sendo, os mais relevantes, os respeitantes ao ativo da Força Aérea, designadamente, a mensuração de terrenos, edifícios e infraestruturas ao valor patrimonial tributário e de várias frotas de aeronaves ao justo valor. No espírito do novo normativo, foram, ainda, reconhecidos novos ativos, de que são exemplo, os ativos biológicos e os equipamentos biológicos. No que concerne ao passivo, destaca-se o reconhecimento de provisões relativas aos processos judiciais.

Ao longo do ano de 2019, várias ações foram encetadas, de modo a serem realizados, quer o reporte intercalar para o Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas, quer a prestação de contas anual em SNC-AP, de forma articulada com o SIGDN, nomeadamente, no respeitante à parametrização de transações e de registos contabilísticos, a par com os mapas de reporte externo. Iniciaram-se, também nesse ano, os trabalhos de adequação dos requisitos de prestação de contas interna ao novo normativo contabilístico, a efetivar pelas várias unidades/órgãos que compõem a Força Aérea, bem como dos normativos internos que suportam os procedimentos relativos à área financeira.

Um longo caminho encontra-se, ainda, por percorrer, na certeza de que nada ficará por fazer, norteados pelos princípios da transparência, integridade e fiabilidade da informação.

1.3 Estrutura Organizacional

A atual estrutura organizacional da Força Aérea decorre do processo de reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas, que culminou com a aprovação da Lei de Defesa

Nacional (LDN), da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) e da Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA).

Neste âmbito, a Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho, aprovou a LDN, cuja designação e numeração foi retificada pela Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, passando a constituir a Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto.

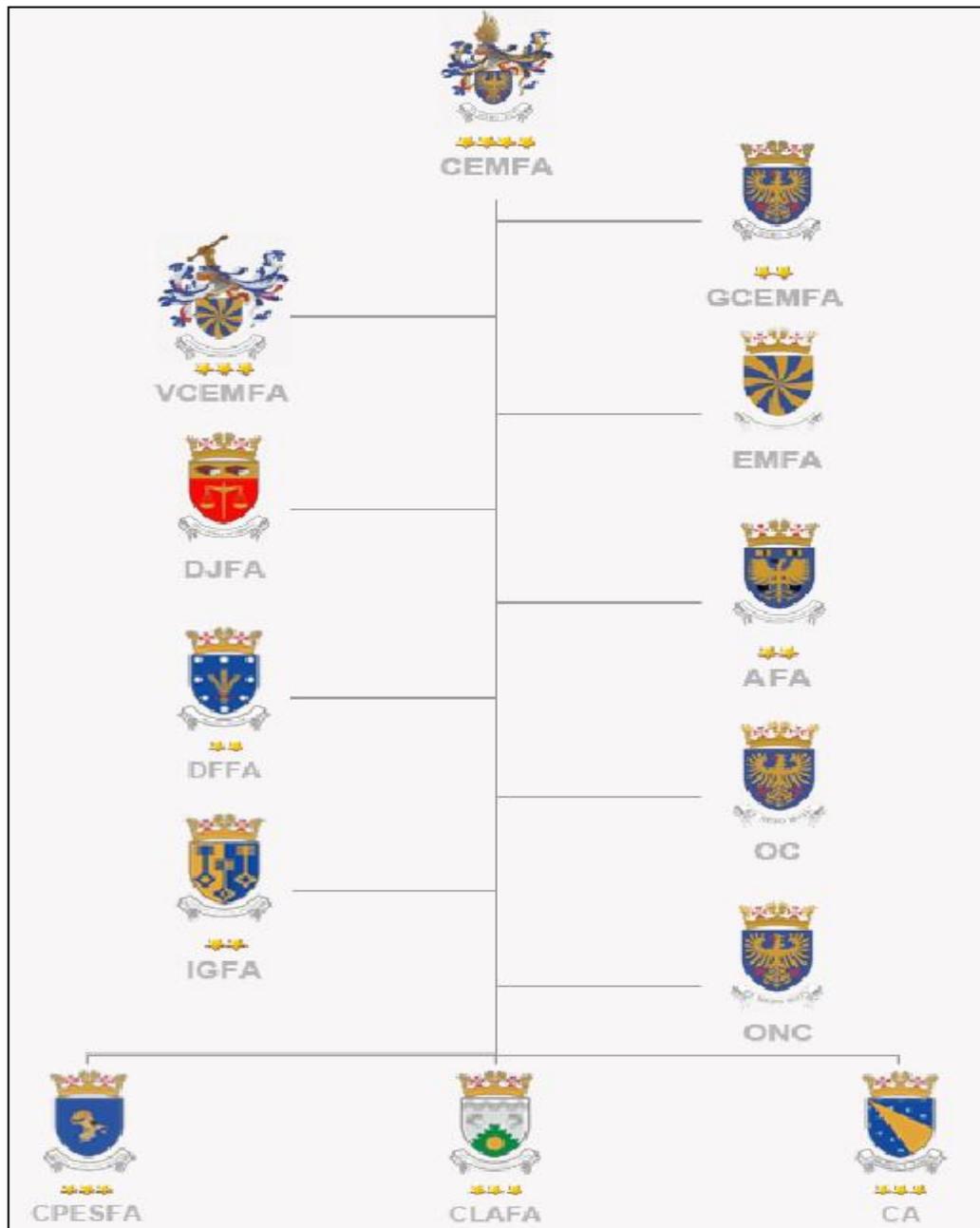
A LDN reflete os princípios basilares da Defesa Nacional, da política de Defesa Nacional, da defesa da Pátria e do estado de guerra, definindo, ainda, as responsabilidades dos órgãos do Estado, as atribuições e a estrutura do MDN, o papel das Forças Armadas na Defesa Nacional, a sua missão e os direitos associados à condição militar.

A LOBOFA foi aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, posteriormente alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro. Esta lei estabelece as bases da organização das Forças Armadas, no que respeita aos princípios gerais, à organização, ao funcionamento e à missão das mesmas.

No desenvolvimento do regime jurídico da LOBOFA, na sequência das alterações legislativas introduzidas no ano de 2014, foi publicado o Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a nova LOFA, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2015.

A Figura 1 apresenta o organograma da macroestrutura da Força Aérea, a 31 de dezembro de 2019.

Figura 1 – Organograma da Força Aérea



Fonte: <http://www.emfa.pt/www/unidades>

2. Análise da Atividade Desenvolvida

2.1 Estratégia de Gestão

As atividades desenvolvidas pela Força Aérea são reguladas por determinadas orientações estratégicas, que se encontram vertidas nos documentos matriciais da política de Defesa Nacional.

O objetivo primordial da Organização passa pelo cumprimento da missão que lhe é incumbida. Nos termos da Constituição e da Lei, a sua atividade contempla a participação na defesa militar da República, de forma integrada, sendo essencialmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios operacionais.

É exigível um planeamento criterioso e um controlo eficiente, pois o ambiente de incerteza que se faz sentir, bem como, os constrangimentos atuais são uma preocupação presente. Neste sentido, e sendo fulcral alcançar as metas propostas, são definidos os objetivos estratégicos (OE) que pautam o planeamento a jusante.

Os OE da Força Aérea estão definidos no Despacho n.º 15/2017, Objetivos de Nível Estratégico da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) e na Diretiva n.º 8/2019, Diretiva de Planeamento Estratégico da Força Aérea 2019-2022, de 17 de junho, do CEMFA:

OE1 – Dinamizar a edificação, sustentação e evolução das capacidades operacionais, complementares e do apoio logístico, a fim de maximizar a segurança e a eficiência da componente aérea do Sistema de Forças;

OE2 – Desenvolver a Força Aérea, assente numa gestão de pessoal sustentável e no desenvolvimento de ações tendentes a envolver e apoiar a família, que estimule a cultura, a inovação e a criatividade, melhore a capacidade de recrutamento e seleção e promova a valorização do potencial humano, através de uma formação e treino continuados, de qualidade, incentivando o mérito, a motivação e a retenção;

OE3 – Promover a otimização sistémica da Organização, maximizando a *governance*, a sustentabilidade e a eficiente gestão dos recursos, fortalecendo a cooperação transversal e valorizando a comunicação e imagem junto da sociedade e dos cidadãos.

Importa referir que a tomada de decisão é influenciada pela volatilidade dos ambientes internos e externos e, por isso, a estratégia da Força Aérea é enquadrada nas perspetivas de gestão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Perspetivas de Gestão da Força Aérea

Produto Operacional	Com vista a gerar confiança e segurança para os cidadãos, a obter sucesso operacional e organizacional perante o Estado e a tornar-se um aliado reputado e competente das Organizações e dos Países Aliados.
Processos Internos	Que promovam condições de excelência na obtenção do produto operacional, designadamente, através de processos críticos, como a afirmação do Poder Aéreo, a edificação e o emprego das capacidades, a prontidão operacional, a garantia de uma logística agilizada e projetável, a preservação de uma cultura organizacional e a promoção de boas relações com o exterior.
Aprendizagem e Crescimento	Dentro e fora da Organização, de forma a assegurar uma efetiva criação de valor na Organização, apostando nas competências das pessoas que nela servem e na modernização dos Sistemas de Armas e da infraestrutura tecnológica.
Gestão de Recursos	O grau de sucesso de tudo o que se faz na Força Aérea depende, maioritariamente, do valor dos seus recursos e do grau de eficiência patenteado na sua gestão, particularmente, das pessoas que servem a Instituição.

Fonte: Diretiva n.º 8/2019 do CEMFA, de 17 de junho de 2019

O planeamento e o controlo da gestão têm como orientação dois documentos, nomeadamente, o plano anual de atividades e o relatório anual de atividades, estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado e normalizados pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro. Na Força Aérea, são base destes documentos, os OE delineados, os subsequentes objetivos operacionais e as atividades definidas na Diretiva n.º 8/2019, Diretiva de Planeamento Estratégico da Força Aérea 2019-2022, de 17 de junho, do CEMFA.

A conjuntura de restrição orçamental, perpetuada por mais de uma década, tem vindo a delimitar a atividade da Força Aérea, afetando a consecução dos seus objetivos, com especial incidência no regime de esforço da atividade aérea.

Em conformidade com os anos anteriores, de forma a minimizar o impacto do cenário de restrição orçamental, deu-se continuidade à política de otimização da eficiência da operação e da sustentação dos sistemas de armas. Esta política inclui controlos mensais e revisões trimestrais do regime de esforço, sustentados por uma permanente e exigente atualização da capacidade de sustentação das frotas e da disponibilidade financeira para suportar os respetivos encargos, baseada na análise do grau de cumprimento dos planeamentos mensais de cada Unidade Aérea.

2.2 Comunicações e Sistemas de Informação

A Força Aérea prosseguiu, em 2019, o contínuo esforço de sustentação e modernização de Comunicações, Sistemas e Tecnologias de Informação que providenciam suporte aos seus processos e atividades.

Na vertente dos Sistemas de Informação, iniciou-se a exploração da componente de recursos humanos e vencimentos do SIGDN, bem como a gradual descontinuação de sistemas internos em obsolescência tecnológica. Para os sistemas orgânicos que permanecem em exploração nesta área, foram desenvolvidas interfaces para troca de dados com o SIGDN. Ainda na vertente de desenvolvimento de sistemas, procedeu-se à modernização do processo de gestão de *sites* e da sua dotação com capacidade multilingue. Prosseguiu também o processo de mitigação de obsolescência de sistemas, através da sua transferência para tecnologias atuais.

A entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, em 26 de maio de 2018, e a decorrente aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, referente aos requisitos mínimos técnicos das redes e sistemas de informação explorados pelas entidades da administração pública, vieram impor às organizações um conjunto de imposições sobre a forma como são tratados os dados pessoais dos quais é responsável. A Força Aérea tem vindo a desenvolver um conjunto de processos, normas e adaptações tecnológicas, visando a conformidade com os referidos regulamentos, num processo que prosseguiu no ano de 2019 e que se manterá, através de uma estrutura de governação e implementação designada para o efeito.

A modernização da infraestrutura tecnológica de suporte a sistemas de informação e serviços prosseguiu no ano de 2019 com a finalização da modernização da infraestrutura física das redes internas das unidades de Monte Real e de Ovar. Foi também dada continuidade ao esforço de renovação gradual dos postos de trabalho individuais, de forma a fazer face à situação de

obsolescência tecnológica de equipamentos e ao fim de suporte da indústria a versões descontinuadas de sistemas.

A capacidade de comunicações internas nas unidades da Força Aérea foi robustecida e modernizada, transitando de tecnologia analógica para digital, através da renovação de um conjunto de equipamentos rádio que integram as referidas redes.

Na área de Comunicações, Navegação e Vigilância, associados à gestão de tráfego aéreo, foi concluído o projeto de implementação de uma infraestrutura de rede e de tecnologias de comunicações que viabilizam a interligação a uma rede de informação da Eurocontrol, denominada de *Newpens*. Esta capacidade potenciará a recolha e disseminação de informação aeronáutica relevante, conduzindo a um incremento de interoperabilidade entre os serviços civis e militares de gestão de tráfego aéreo. Este projeto foi parcialmente financiado através de fundos do programa *Single European Sky ATM Research* (43%), contribuindo para a edificação do pilar Céu Único Europeu.

No âmbito dos sistemas de Comando e Controlo Aéreo associados à Defesa Aérea, o ano de 2019 foi marcado por um abrandamento no projeto de implementação do sistema *Air Command and Control System* da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no site nacional, em Monsanto. Este abrandamento ficou associado, por um lado, à incapacidade de conclusão dos testes formais, iniciados ainda em 2018, em virtude do incumprimento de alguns requisitos do projeto nacional; por outro lado, o programa, a nível global, enfrenta um conjunto de *milestones* de validação decisivos para a sua continuidade. Ainda no centro de comando e controlo principal, procedeu-se à modernização da arquitetura tecnológica do sistema de planeamento e acompanhamento de missões em tempo quase real, disponibilizado pela Aliança e em exploração nacional. No centro alternativo ao centro de comando e controlo principal, localizado em Beja, foi efetuada a aceitação provisória dos sistemas de ventilação e de arrefecimento, bem como do sistema de extinção de incêndios, dando continuidade ao projeto de substituição dos anteriores sistemas, que se encontravam obsoletos.

No domínio da Ciberdefesa, em 2019 a Força Aérea viu a sua capacidade reforçada no que respeita aos recursos humanos dedicados. Na vertente tecnológica, foi melhorada a capacidade de gestão de vulnerabilidades, através de implementação de ferramentas específicas para o efeito. Manteve-se o esforço, iniciado anteriormente, de qualificação dos militares, através de ações de formação e participação em exercícios conjuntos e/ou combinados. Prosseguiu, em 2019, a implementação do

projeto conjunto, liderado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), de dinamização da capacidade de Ciberdefesa das Forças Armadas. Neste sentido, foi efetuado o reforço dos efetivos do Centro de Ciberdefesa, com militares da Força Aérea.

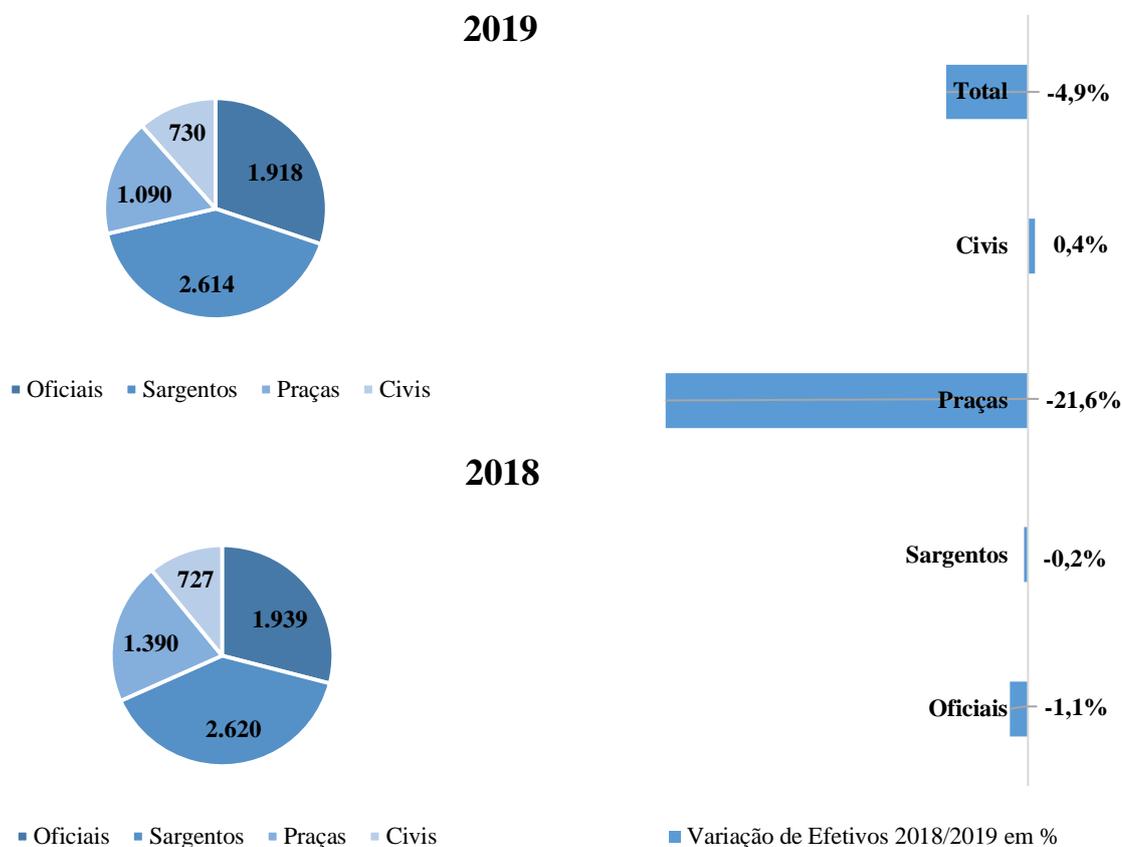
A iniciativa *Federated Mission Networking* tem como objetivo alcançar a interoperabilidade das capacidades apresentadas pelas nações participantes, aquando da constituição de redes de missão, no mais curto espaço de tempo. A Força Aérea integra a equipa conjunta, liderada pelo EMGFA, que é responsável pela componente nacional desta iniciativa. Neste âmbito, Portugal participou num evento de confirmação de capacidade, no *Coalition Warrior Interoperability eXercise*, juntamente com outras 8 nações, atingindo, na generalidade dos serviços, o estatuto de prontidão para interoperabilidade. Em 2020, prossegue o processo de confirmação de capacidade para a espiral 2.

2.3 Recursos Humanos

Os recursos humanos constituem um fator decisivo para que a Força Aérea possa cumprir a missão que lhe está atribuída.

No final de 2019, existiam na estrutura orgânica da Força Aérea 4.781 militares, o que representa uma diminuição de 5,83%, face aos quantitativos de 2018. Se adicionarmos os militares fora da estrutura orgânica das Forças Armadas e os militares em formação/preparação para o Quadro Permanente (QP) e Regime de Contrato (RC), em 31 de dezembro de 2019, a Força Aérea contava com um total de 5.622 efetivos militares no ativo e 730 civis, conforme o Gráfico 1. As principais variações a realçar, ocorreram na categoria de praças, representando uma redução de 21,6%.

Gráfico 1 – Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria

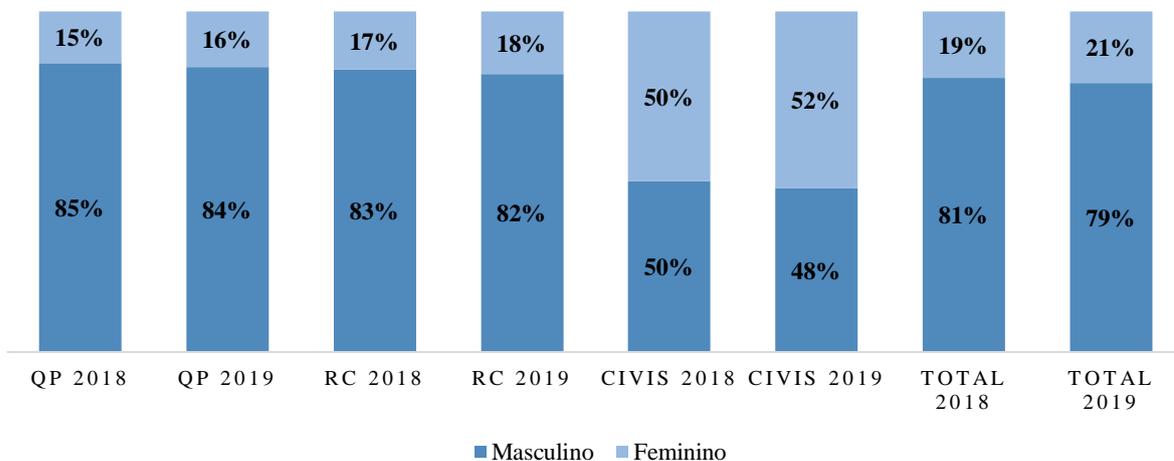


Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

No que concerne à categoria de praças, a variação negativa deve-se à falta de ingressos. Relativamente à categoria dos civis, a variação positiva deve-se à abertura do procedimento concursal, relativo ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, de acordo com os artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. Neste enquadramento, os trabalhadores em situação precária (contratos do Instituto do Emprego e Formação Profissional e outros) regularizaram o seu vínculo com o Estado.

Em termos de distribuição por género, conforme o Gráfico 2, o cenário é semelhante ao do ano transato. Verifica-se uma ligeira diminuição dos militares do género masculino e um aumento dos militares do género feminino, relativamente ao ano de 2018. Estas pequenas variações encontram-se nos universos do QP, do RC e dos civis.

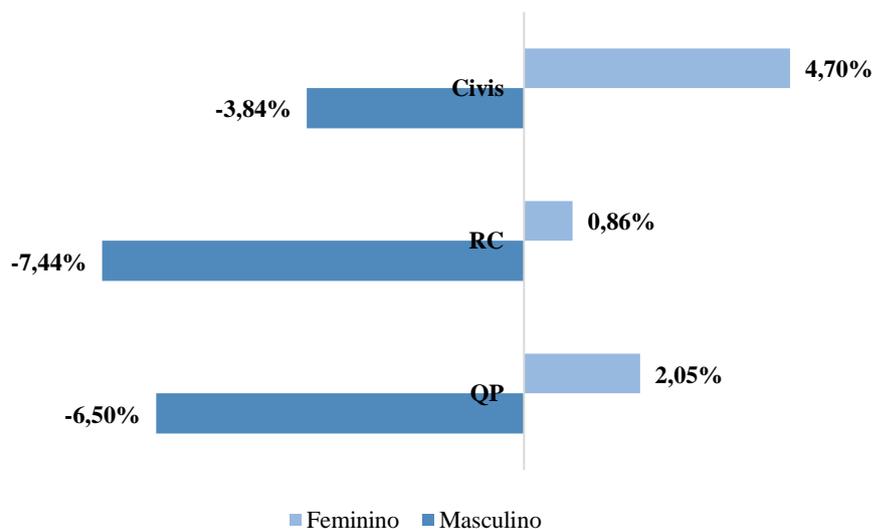
Gráfico 2 – Distribuição por Género



Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

Na análise do Gráfico 3, verifica-se que a maior variação de efetivos por género, face ao ano de 2018, ocorreu no género masculino, quer no RC, com uma diminuição de 7,44%, quer no QP, com uma diminuição de 6,50%. No género feminino, constata-se um acréscimo de 0,86% no RC e de 2,05% no QP. O aumento na categoria de civis levou a uma variação positiva do género feminino, na ordem dos 4,70%.

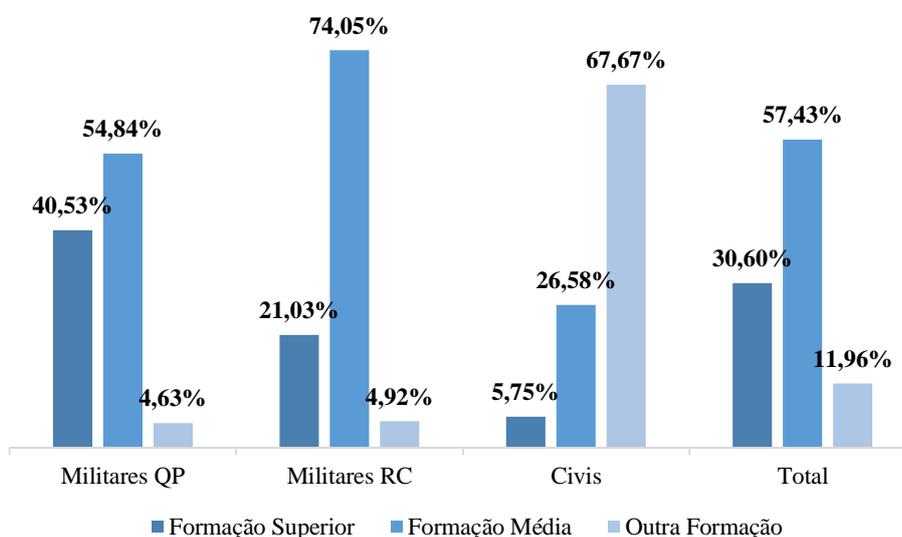
Gráfico 3 – Variação de Efetivos por Género (2018/2019)



Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

No que respeita aos níveis de formação, a que corresponde o grau de habilitações literárias, fator crítico de sucesso para qualquer organização, tem vindo a ser efetuado um esforço de melhoria contínua, quer através da formação que é ministrada na Instituição, nos seus polos académicos da Academia da Força Aérea (AFA) e do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), quer através do aumento do grau habilitacional na admissão ao Ramo. Releva-se o facto de 40,53% dos militares nos QP possuir, no ano de 2019, formação superior. Relativamente ao total do efetivo da Instituição, 30,60% tem formação superior, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nível de Formação (2019)



Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

2.3.1 Indicadores de Atividade

Um dos princípios fundamentais da presente análise resulta na possibilidade de, através da leitura de indicadores de atividade, se poder sintetizar informação, identificando oportunidades de melhoria contínua. Estes indicadores constituem-se como instrumentos de acompanhamento e avaliação da forma como os recursos humanos têm evoluído, verificando-se os seguintes factos, conforme Tabela 2:

- Diminuição dos efetivos globais, em 4,85% face ao ano transato, a que corresponde uma diminuição de 324 pessoas;
- Dos efetivos globais, 58,11% têm vínculo permanente à Força Aérea, sendo 20,92% desses efetivos do sexo feminino.

Tabela 2 – Indicadores de Atividade

Recursos Humanos		2018	2019
Variação de Efetivos	$((\text{Efetivos } n - \text{Efetivos } (n-1)) / \text{Efetivos } (n-1))$	1,46%	-4,85%
Vínculo Militares QP	$(\text{Efetivos militares QP} / \text{Efetivos totais})$	58,30%	58,11%
Vínculo Militares RC	$(\text{Efetivos militares RC} / \text{Efetivos totais})$	30,78%	30,40%
Vínculo Cívico	$(\text{Efetivos Cívico} / \text{Efetivos totais})$	10,89%	11,49%
Feminização	$(\text{Efetivos Femininos} / \text{Efetivos Globais})$	19,43%	20,92%
Formação Superior	$(\text{Total Efetivos com Formação Superior} / \text{Efetivos Globais})$	29,78%	30,60%

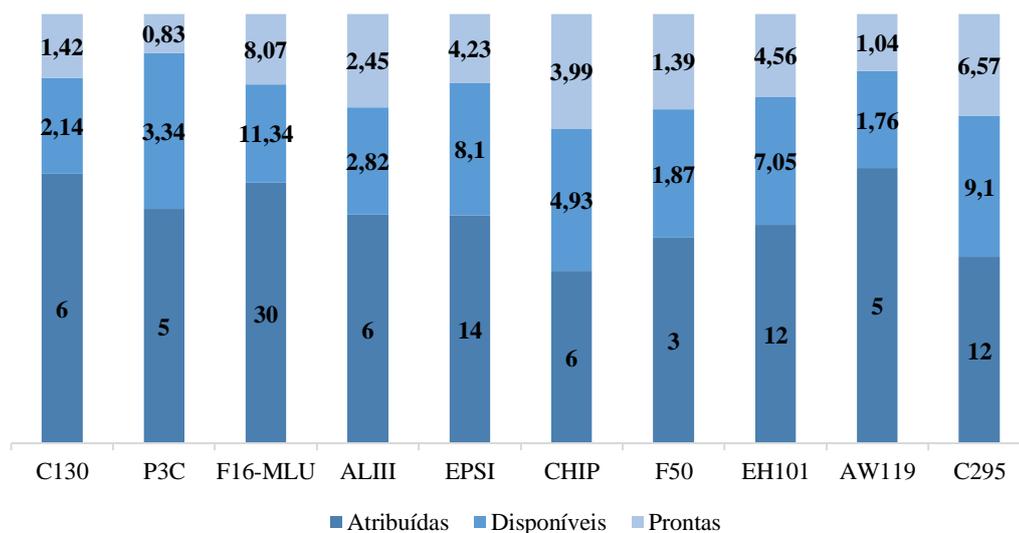
Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

2.4 Atividade Logística

A componente logística, através da realização de atividades de manutenção e de apoio logístico, direta e indiretamente associadas aos sistemas de armas e aos órgãos de comando e controlo, é determinante para o aumento da eficácia no cumprimento da missão.

Conforme o Gráfico 5, das aeronaves atribuídas (total da frota) encontravam-se disponíveis para voo, aproximadamente, 53%.

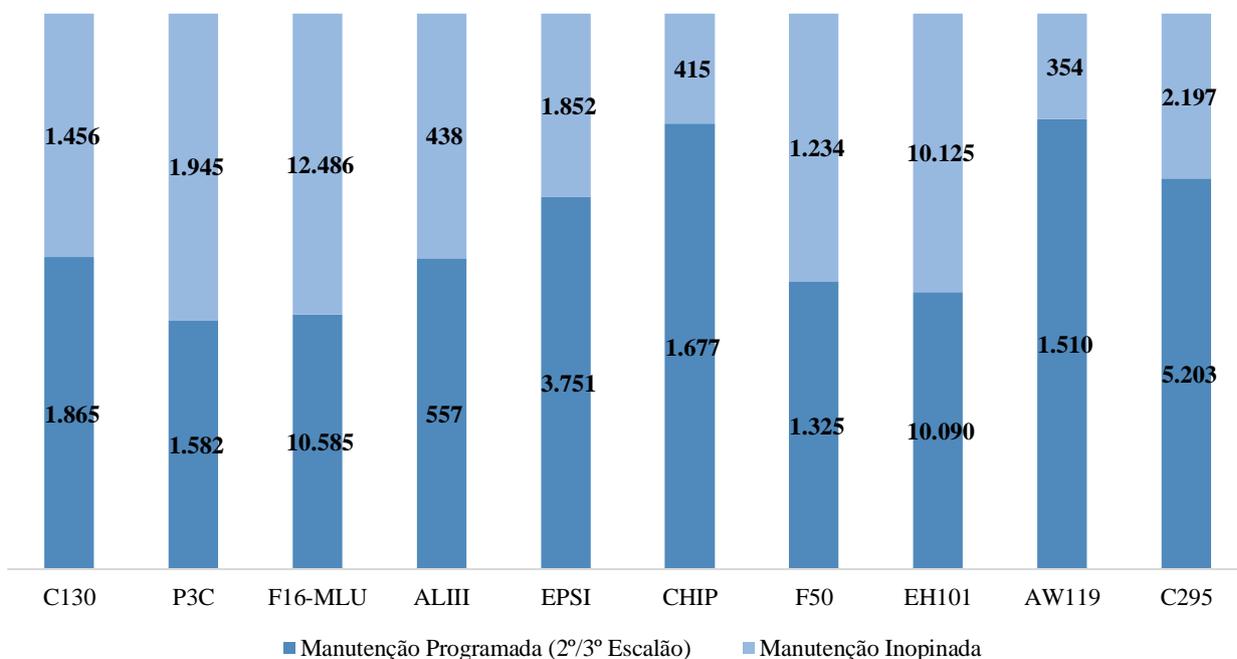
Gráfico 5 – Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas (2019)



Fonte: CLAFA

As ações de manutenção realizadas, no ano de 2019, por frota, são as que se apresentam no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Ações de Manutenção por Frota (2019)



Fonte: CLAFA

As ações de manutenção programadas representam, em média, cerca de 54%. De referir que, os sistemas de armas C-295M e EH-101 possuem contratos de manutenção com os respetivos fabricantes *Full In Service Support* (FISS), os quais asseguram as manutenções periódicas das aeronaves. A Força Aérea fica responsável por uma pequena parcela de inspeções e pelas ações de manutenção inopinadas, que dão resposta às anomalias que surgem na sequência da operação das aeronaves.

Contribuí, ainda, para a componente logística, paralelamente às atividades de manutenção e sustentação das aeronaves, o esforço efetuado nas múltiplas vertentes logísticas que abrangem: a conservação de bens, os combustíveis e lubrificantes, a alimentação, o vestuário e a aquisição de material diverso para funcionamento dos serviços, conforme patente na Tabela 3.

Tabela 3 – Despesa Efetuada nas Múltiplas Vertentes Logísticas por Fonte de Financiamento (2019)

Rúbrica	R. Gerais FF111	RCCTS FF123	FND'S FF111	LPM FF111	LPM FF121	LPM FF123	LPM FF129	LIM FF123	Total
Conservação de Bens	1.871.075	3.683.525	3.256.340	19.433.945	2.052.409	0	0	0	30.297.293
Combustíveis e Lubrificantes	12.989.134	2.613.418	4.024.391	5.206	187	0	0	0	19.632.336
Alimentação	3.889.236	429.598	677	0	0	0	0	0	4.319.511
Vestuário	39.844	1.070.141	56.531	0	0	0	0	0	1.166.516
Material Diverso	2.384.764	2.964.544	948.584	2.625.076	1.234.259	0	0	0	10.157.227
Total	21.174.053	10.761.226	8.286.522	22.064.227	3.286.855	0	0	0	65.572.883

FF 111 – Receitas Gerais não afetas a projetos cofinanciados
FF 123 – Receita Própria do ano com possibilidade de transição
FF 121 – Saldos de receita Própria transitados
FF 129 – Transferências de receitas Próprias entre organismos

Fonte: DFFA

Unidade Monetária: Euro

2.4.1 Indicadores de Atividade

A partir dos indicadores de atividade é possível avaliar, quer a eficiência da atividade logística, quer a manutenção e as restantes vertentes logísticas, que contribuem para prover recursos para a execução das atividades da Força Aérea. Desta análise destacam-se os seguintes aspetos, patentes na Tabela 4:

- As ações de manutenção das aeronaves surgem 46% das vezes por motivos inopinados, representando as ações programadas 54% do total das manutenções;
- Relativamente ao ano transato, verifica-se uma diminuição das ações programadas em 19,6pp e, conseqüentemente, um acréscimo das ações inopinadas em 19,6pp;
- O nível de prontidão efetivo das aeronaves, relativamente ao ano 2018, registou uma diminuição de 3,2pp.

Tabela 4 – Indicadores de Atividade

Logística		2018	2019
Ações de Manutenção Programadas	(Ações Manutenção Programadas/Total Ações Manutenção)	73,6%	54,0%
Ações de Manutenção Inopinadas	(Ações Manutenção Inopinadas/Total Ações Manutenção)	26,4%	46,0%
Prontidão das Aeronaves	(Nº Aeronaves Prontas / Nº Aeronaves Disponíveis)	69,1%	65,9%

Fonte: CLAFA

2.5 Atividade Operacional

Os resultados operacionais obtidos, face aos objetivos traçados, refletem o grau de eficácia do emprego dos meios e as capacidades operacionais da Força Aérea, e assentam na conjugação das aeronaves prontas e das tripulações qualificadas para a realização das missões nas Horas de Voo (HV) atribuídas.

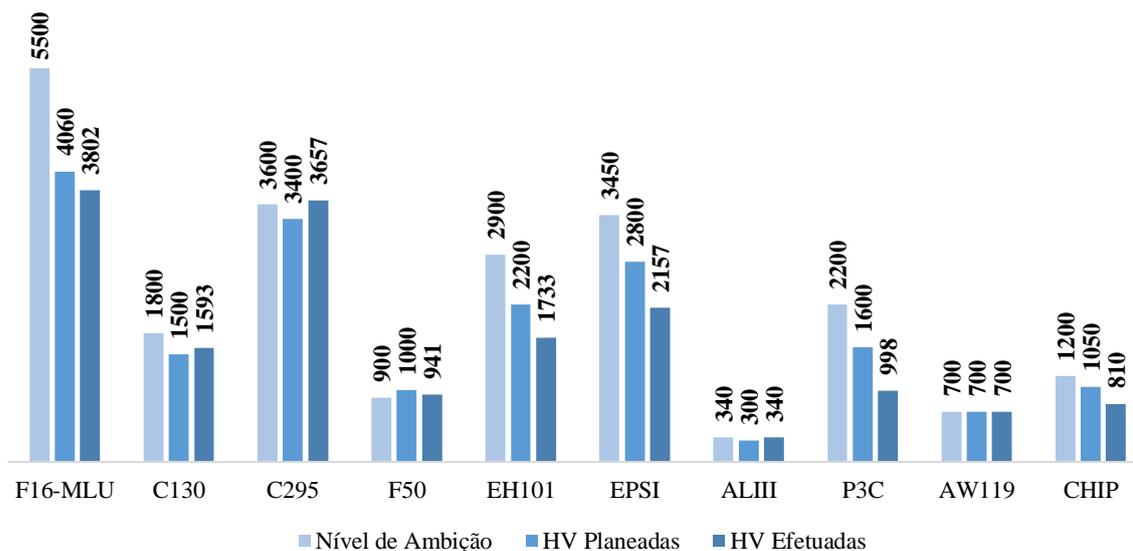
A conjuntura de restrição orçamental, verificada há mais de uma década, tem imposto limites na consecução de objetivos em várias áreas de atividade, não sendo exceção a atividade aérea enquanto produto operacional.

Neste contexto, o ano de 2019 testemunhou uma realidade de 16.731HV efetuadas, valor inferior às 18.610HV planeadas no início do ano, visando o cumprimento da missão, a regeneração de meios e a qualificação de tripulações.

De realçar o facto das HV realizadas terem sido sustentadas com um financiamento de 52,5 milhões de euros para custos diretos com a operação, face aos 53,3 milhões de euros financiados no ano de 2018. À semelhança do ano anterior, o valor de 52,5 milhões de euros exclui custos com contratos FISS das frotas EH-101 e C-295M. A variação verificada, no ano de 2019 relativamente ao ano de 2018, dos custos diretos com a operação, deve-se, maioritariamente, a novos contratos efetuados, no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM), relativos à regeneração de motores das aeronaves.

A atividade planeada para o ano de 2019, apresentada no Gráfico 7, resultou de ajustes pontuais, considerando a missão realizada e a dotação atribuída para a sustentação da atividade aérea. Neste contexto de revisões trimestrais ao planeamento, e tendo como objetivo otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros, o rácio de concretização foi próximo do planeado.

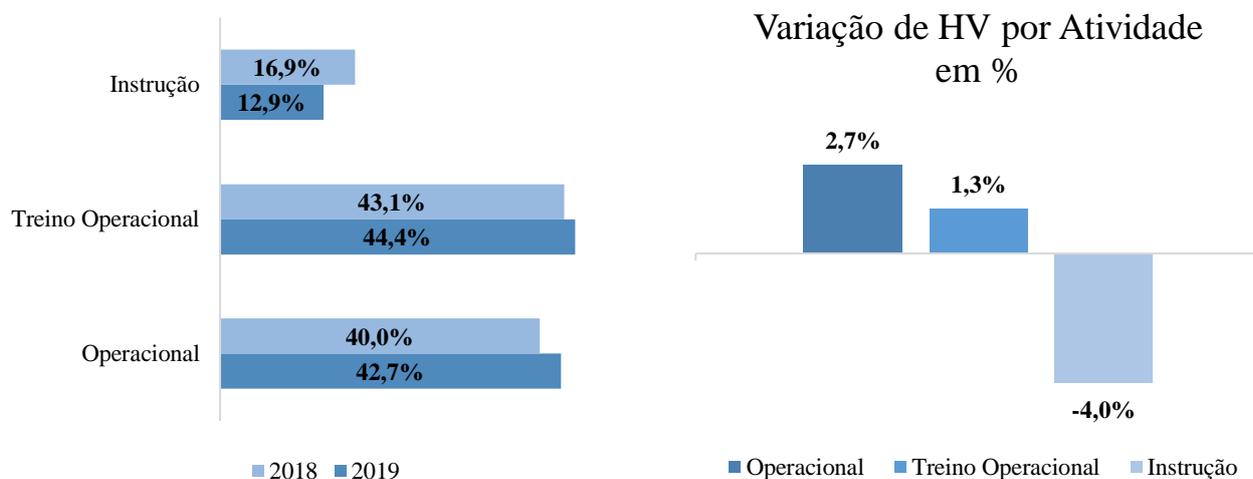
Gráfico 7 – HV: Nível de Ambição/Planeadas/Efetudas (2019)



Fonte: DIVPLAN – EMFA/CA

Agregando as HV realizadas, em função das principais áreas de atividade, tal como apresentado no Gráfico 8, verifica-se que, no ano de 2019, ocorreu uma diminuição da percentagem de HV realizadas, na componente instrução. Neste contexto, 42,7% das missões contribuíram para a atividade operacional, 44,4% para o treino operacional e 12,9% para a instrução. Em comparação com o ano transato, verifica-se um acréscimo de 2,7pp na atividade aérea operacional e de 1,3pp no treino operacional e um decréscimo de 4pp de HV efetuadas na componente de instrução.

Gráfico 8 – HV por Tipo de Atividade



Fonte: CA

Relativamente ao empenhamento operacional, destacam-se as seguintes ações:

- Prontidão de alerta, com caças de interceção para policiamento aéreo e com helicópteros e aviões especializados em busca e salvamento aéreo, durante 24 horas/dia, 365 dias/ano;
- Efetuada 39 evacuações em navios e 498 evacuações sanitárias;
- Efetuada 26 salvamentos em 78 missões de busca e salvamento;
- Efetuada 72 missões, no âmbito da fiscalização de pescas, correspondendo a 4.316.000 NM² (*Nautical miles per square*);
- Efetuada 32 missões de transporte de órgãos humanos para transplante.

Na análise da Tabela 5 salientam-se, de entre outros factos importantes, as 1649:50HV efetuadas nas diversas operações de apoio externo, as 3696:20HV efetuadas em missões de interesse público e as 1211:10HV afetas a exercícios.

Tabela 5 – HV por Tipo de Missão (2019)

Tipo		Modalidade	Horas de Voo
Apoio Externo	Missões Internacionais		1649:50
		Total	1649:50
Apoio Aéreo	EMGFA		263:55
	Exército		100:35
	Marinha		109:25
	GNR		7:15
		Total	481:10
Interesse Público	Busca e Salvamento		481:20
	Controlo da Poluição		307:10
	Fiscalização das Pescas		377:55
	Evacuações Sanitárias		877:45
	Transporte de Órgãos Humanos		65:20
	Apoio a Combate a Incêndios		211:35
	Coordenação e colaboração com as Forças e Serviços de Segurança		256:50
	Monitorização da Segurança e Serviços Marítimos		325:10
	Organismos do Estado		642:00
	Entidades Privadas		151:15
	Total	3696:20	
Exercícios	Nacionais		42:10
	Conjuntos e Combinados		1169:00
		Total	1211:10

Fonte: DIVOPS - EMFA

No âmbito das missões internacionais, importa destacar o elevado nível de empenhamento verificado, consubstanciado na participação em diversas operações das Forças Nacionais Destacadas (FND), no âmbito da OTAN, da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU), a par com as operações FRONTEX. As HV realizadas nas diferentes missões, conforme Tabela 6, certificam um impacto significativo na relevância e afirmação de Portugal como membro ativo das organizações e tratados de que faz parte.

Tabela 6 – HV Realizadas em Missões Operacionais Internacionais

Missão	País	Aeronave	Número de missões	Horas de Voo	
Forças Nacionais Destacadas	Assurance Measures OTAN	Polónia	F16M (201/301)	186	334:50
			P-3C Cup +	9	70:45
	Apoio Humanitário	Moçambique	C-130H	3	76:20
	Africa Maritime Law Enforcement Partnership - AFRICOM	Golfo da Guiné	P-3C Cup +	9	35:35
	Exercício OBANGAME	Golfo da Guiné	P-3C Cup +	13	65:55
	Sea Guardian OTAN	Mediterrâneo	P-3C Cup +	29	204:15
	Sophia EU	Mediterrâneo	P-3C Cup +	24	171:15
	Total:		273	958:55	
FRONTEX	Espanha e Itália		C-295M	95	600:00
	Total:			95	600:00
TOTAL:			368	1558:55	

Fonte: Relatório de Atividades 2019 - DIVPLAN

Numa perspetiva de emprego operacional dos sistemas de armas em cumprimento das missões atribuídas e dentro dos condicionalismos decorrentes dos constrangimentos orçamentais, foi garantido um regime de prontidão de 24 horas/dia nos 365 dias do ano com meios aéreos e com tripulações devidamente capacitadas e qualificadas para os vários tipos de missão. Este nível de prontidão, expresso por meios em alerta permanente, envolveram diariamente 12 aeronaves para empenhamento imediato e mais de 600 militares (cerca de 10% dos efetivos) das áreas de manutenção, tráfego aéreo, assistência e socorro (bombeiros), apoio médico e segurança (polícia aérea), para execução das missões de soberania e de segurança humana em proveito do interesse público. Importa referir que parte significativa dessa atividade foi desenvolvida em regime de destacamento permanente, com o acréscimo de complexidade logística e desgaste que tal implica.

O esforço operacional que a prontidão permanente implica só foi possível graças à flexibilidade, agilidade e adaptabilidade dos meios aéreos e, acima de tudo, ao espírito de missão e à competência das pessoas que os operam e sustentam, materializando um esforço global da Força Aérea, focada, imperativamente, na missão.

2.5.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade operacional são fatores críticos de sucesso, na medida em que se prendem com a eficácia da utilização dos meios aéreos no cumprimento da missão. Através do seu conhecimento e acompanhamento é possível proceder à sua avaliação e rever metas e objetivos. Da análise de alguns indicadores, resultam algumas conclusões, conforme Tabela 7:

- O rácio entre a atividade operacional e a atividade global é de 42,7%;
- O rácio de eficiência relativamente ao número de horas atribuídas é de 89,9%;
- O número de HV, em missões internacionais e missões de interesse público, representam respetivamente, 9,3% e 22,1% das HV totais.

Tabela 7 – Indicadores de Atividade

	Operacional	2018	2019
Atividade Operacional	(Atividade Operacional/Atividade Total)	40,0%	42,7%
Horas de Voo Efetuadas	(Nº Horas Efetuadas/Nº Horas atribuídas)	99,2%	89,9%
Horas de Voo Missões Operacionais Internacionais	(Nº Horas Missões Operacionais Internacionais/Nº Horas Efetuadas)	9,3%	9,3%
Horas de Voo Interesse Público	(Nº Horas Interesse Público/Nº Horas Efetuadas)	19,0%	22,1%

Fonte: DIVOPS - EMFA

2.6 Instrução

As atividades de instrução, ao conferirem competências, são indispensáveis à preparação dos militares para um adequado desempenho de funções. Por outro lado, a formação contínua é imprescindível para manter os quadros atualizados, numa realidade que se caracteriza por uma contínua e rápida mutação tecnológica e científica, onde o domínio da informação e a aplicação do conhecimento são requisitos de competitividade. Desta forma, importa realçar o contributo da AFA e do CFMTFA nesta área em concreto.

No que respeita à AFA, a atividade escolar dos cursos de Mestrado em Ciências Militares Aeronáuticas compreende vários aspetos programáticos, que espelham a filosofia e a organização do ensino nesta instituição, desenvolvendo-se nas suas diversas componentes, das quais se destacam a formação académica, a formação militar e a componente física.

Na tabela seguinte, destacam-se o número de alunos nacionais inscritos na AFA, no ano letivo 2019/2020, e de reprovações ocorridas, no ano letivo 2018/2019:

Tabela 8 – Inscrições e Reprovações na Academia da Força Aérea

Academia da Força Aérea - Inscrições 2019/2020							
Atividade letiva	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	32	32	32	22	21	13	152
Total	32	32	32	22	21	13	152

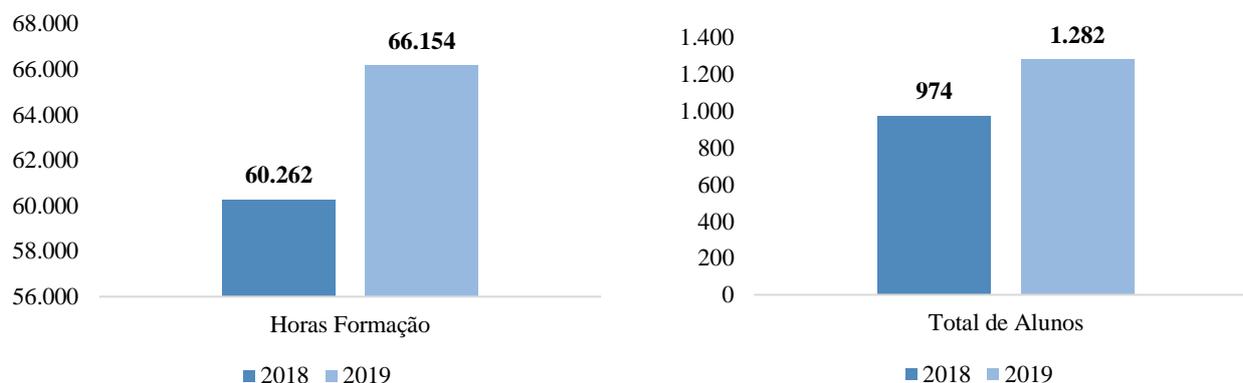
Fonte: AFA

Academia da Força Aérea - Reprovações 2018/2019							
Atividade letiva	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	0	0	0	0	2	1	3
Total	0	0	0	0	2	1	3

Fonte: AFA

No que concerne ao CFMTFA, conforme Gráfico 9, a sua atividade traduziu-se num aumento do total de horas de formação e do número total de alunos.

Gráfico 9 – Atividade do CFMTFA



Fonte: CFMTFA

2.6.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores relativos à instrução, apresentados na Tabela 9, constituem-se como instrumentos de avaliação do desempenho desta atividade, em termos de taxas de sucesso dos alunos. Da análise desses indicadores, verifica-se que o número de reprovações e desistências no CFMTFA diminuiu. Relativamente à AFA, o número de reprovações aumentou, contudo, continua a ser baixo face ao número de alunos inscritos.

Tabela 9 – Indicadores de Atividade

Instrução		2018	2019
Reprovação AFA	(Nº Reprovações AFA / Nº Alunos Inscritos AFA)	0,00%	1,97%
Reprovação e Desistências CFMTFA	(Nº Reprovações e Desistências CFMTFA / Nº Alunos Inscritos CFMTFA)	2,77%	2,73%

Fonte: AFA E CFMTFA

Globalmente, o total de formandos nacionais e estrangeiros em estabelecimentos de ensino da Força Aérea, repartidos por cursos militares, técnicos e mestrados, ascendeu a 1.434 militares no ano letivo de 2018/2019, correspondendo a um aumento de 28% face ao ano letivo de 2017/2018.

3. Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa

3.1 Estrutura da Receita e da Despesa

No ano de 2019 foram recebidas dotações orçamentais, no montante de 373.167.516,63€, e cobradas receitas próprias, no montante de 86.530.872,02€, para um total de receitas de fundos próprios de 459.698.388,65€ conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Receitas de Fundos Próprios (2019)

Dotações Orçamentais					
Correntes:			Capital:		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
Transferências do Tesouro	325.183.905,84	87,1%	Transferências do Tesouro	47.983.610,79	12,9%
Total das dotações Orçamentais =		373.167.516,63			

Receitas Próprias					
Correntes:			Capital:		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
0400 Multas e penalidades	268.457,07	0,50%	0900 Venda Bens Investimento	0	0%
0600 Transferências Correntes	10.742.514,55	19,93%	1000 Transferência de Capital	3.167.281,97	9,71%
0700 Venda Bens e Serviços Correntes	24.420.227,60	45,30%	1500 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	6.177.364,53	18,94%
0800 Outras Receitas Correntes	18.477.816,88	34,28%	1600 Cobr por transição saldos-fundos comuni-OrgMDN	23.277.209,42	71,35%
Total Receitas Correntes	53.909.016,10	62,30%	Total Receitas Capital	32.621.855,92	37,70%
Total das Receitas Próprias =		86.530.872,02			

Total das Receitas de Fundos Próprios = 459.698.388,65

Fonte: Demonstração de Desempenho Orçamental e Demonstração de Execução Orçamental da Receita e Despesa

Unidade Monetária: Euro

Relativamente à estrutura da receita, salientam-se os seguintes factos:

- A dotação orçamental corresponde ao valor global solicitado nos pedidos de libertação de crédito;
- A venda de bens e serviços correntes (capítulo 07) representa a maior parcela do total da receita própria corrente da Força Aérea – 45,30%
- Nas outras receitas correntes (capítulo 08), a receita provém do reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), relativo à aquisição de material militar, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, dos quais 7.810.838,01€ correspondem ao IVA recuperado da atividade corrente e 9.497.561,76€ correspondem ao IVA recuperado no âmbito da execução da LPM;

d. O total da receita inclui o montante de 27.973.638,95€ relativo à transição de saldos de 2018 da LPM.

No que respeita à despesa processada no ano de 2019, com recurso às receitas de fundos próprios, o valor global ascendeu a 435.612.090,76€, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Estrutura da Despesa (2019)

Despesas Orçamentais					
Correntes:			Capital:		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	137.881.540,10	42,84%	07 Aquisição de Bens de Capital	47.952.729,37	100%
01.02 Abonos Variáveis ou Eventuais	7.899.227,95	2,45%			
01.03 Segurança Social	66.488.205,32	20,66%			
02.01 Aquisição de Bens	27.794.884,13	8,64%			
02.02 Aquisição de Serviços	81.691.986,45	25,38%			
04.00 Transferências Correntes	90.791,15	0,03%			
06.02 Outras Despesas Correntes	82,40	0%			
Total Despesas Correntes	321.846.717,50	87,03%	Total Despesas Capital	47.952.729,37	12,97%

Despesas com Compensação em Receita Própria					
Correntes:			Capital:		
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%
01.01 Remunerações Certas e Permanentes	-	0%	07 Aquisição de Bens de Capital	37.739.320,41	100%
01.02 Abonos Variáveis ou Eventuais	1.308.761,96	4,66%			
01.03 Segurança Social	-	0%			
02.01 Aquisição de Bens	10.644.752,23	37,92%			
02.02 Aquisição de Serviços	15.572.094,20	55,47%			
04.00 Transferências Correntes	56.161,67	0,20%			
06.02 Outras Despesas Correntes	491.553,42	1,75%			
Total Despesas Correntes	28.073.323,48	42,66%	Total Despesas Capital	37.739.320,41	57,34%
Total da Despesa de Fundos Próprios	435.612.090,76				

Fonte: Demonstração de Desempenho Orçamental e Demonstração de Execução Orçamental da Receita e Despesa

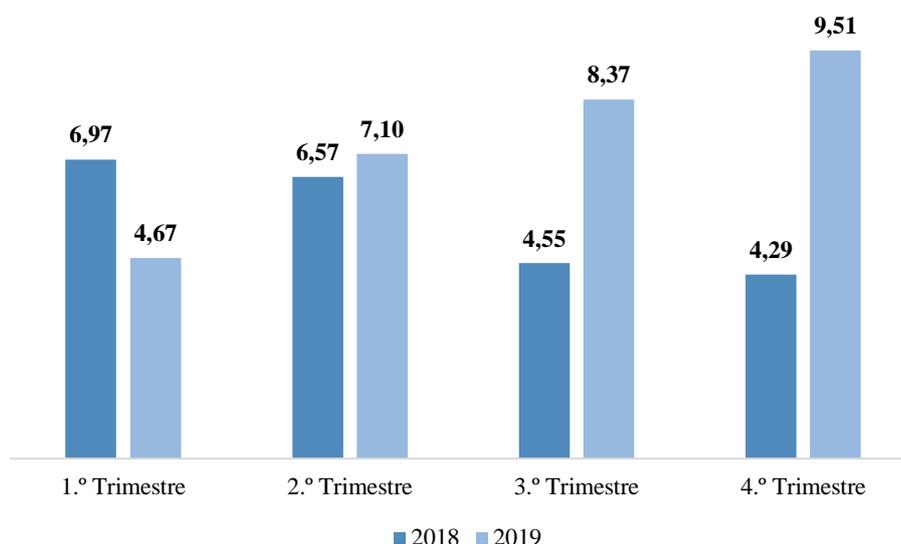
Unidade Monetária: Euro

Na estrutura da despesa, salientam-se os seguintes factos:

- Os valores da tabela 11 incluem a execução do orçamento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) no valor de 45.623.035,41€ e do Aeroporto Complementar de Lisboa (ACL) no valor de 299.553,77€;
- Os encargos com pessoal, na sua globalidade, correspondem a 213.577.735,33€ e as restantes despesas correntes e de capital representam 222.034.355,43€;
- As aquisições de bens de capital, no montante de 85.692.049,78€, resultam, em grande medida, da execução da LPM;

Importa, ainda, referir que o prazo médio de pagamentos aos fornecedores, no ano de 2019, foi de 7,7 dias, considerando a fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as adaptações introduzidas pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública n.º 9870/2009, de 13 de abril, materializando uma evolução negativa, no prazo médio de pagamentos, face ao ano de 2018, em que a média se situava em 5,6 dias. O presente indicador teve a evolução representada no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



Fonte: SIG EPR – Prazo médio de pagamentos

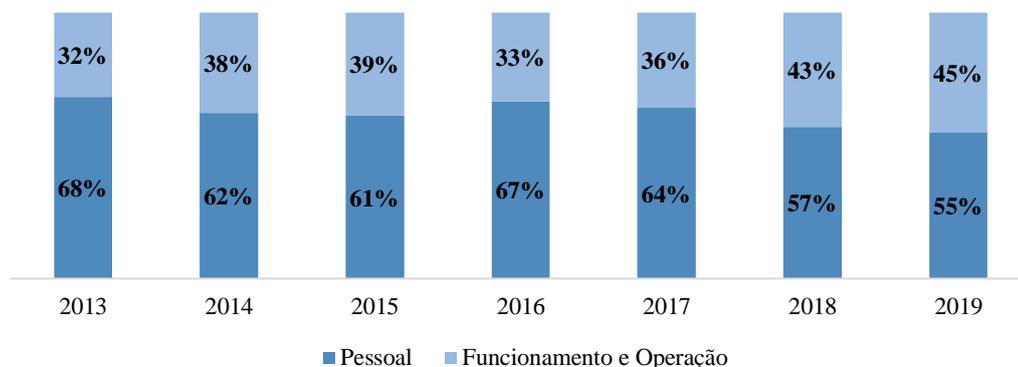
Unidade: Número de dias

3.2 Execução Orçamental por Fonte de Financiamento

No que concerne à execução orçamental, mantém-se a tendência dos anos anteriores:

- a. Na despesa processada no orçamento global (todas as fontes de financiamento, não considerando os orçamentos do DECIR e ACL), a componente de despesas com pessoal assume um carácter preponderante apresentando, no cômputo geral, uma percentagem bastante elevada, conforme se pode observar no Gráfico 11. Contudo, percentualmente, verifica-se um maior equilíbrio entre as despesas com pessoal e as despesas de funcionamento e operação, face ao ano anterior, em consequência de três fatores: a normalização na transição dos encargos, com pensões provisórias de reforma de militares, para a Caixa Geral de Aposentações, na linha do que já vinha acontecendo em 2018; o aumento da despesa em orçamento de Receitas Próprias em 4,8 milhões de euros em resultado de uma maior arrecadação de receita; e sobretudo o aumento da dotação disponível na LPM, que correspondeu a um aumento na execução de 17,8 milhões de euro.

Gráfico 11 – Despesa: Pessoal vs Funcionamento e Operação



Fonte: DFFA

- b. Um orçamento disponível fortemente limitado por mecanismos legais, face às reais necessidades da Força Aérea, nomeadamente os resultantes da imposição de cativos legais e dos posteriores cortes nas atribuições mensais de fundos disponíveis. Este contexto determinou uma execução orçamental irregular, com a definição do cenário orçamental final a ser efetuada no mês de dezembro, o que condicionou de forma recorrente os processos aquisitivos que sustentam a operação do Ramo. Esta realidade impôs um reajustamento no planeamento efetuado, com particular impacto na disponibilidade de combustível operacional e na manutenção e sustentação das frotas, protelando, para anos vindouros, decisões com reflexo direto na atividade da Força Aérea.

Tabela 12 – Grau de Execução por Fonte de Financiamento (2019)

	Orçamento Inicial	Reforços / Créditos Especiais	Orçamento Corrigido	Cativações / Reserva	Outros	Dotação Disponível (****)	Montante Executado	Grau de Execução (****)
Receitas Gerais	257.021.520	(151.851) (*)	256.869.669	8.074.756 (**)		248.794.913	248.303.030	99,80%
Receitas Próprias	35.500.000		35.500.000	906.058		34.593.942	32.998.640	95,39%
Transf. De Receitas Próprias entre Organismos	7.800		7.800		7.800 (***)			0%
F.N.D. - Receitas Gerais		14.762.946	14.762.946			14.762.946	14.729.957	99,78%
L.P.M. - Receitas Gerais	59.623.000	2.037.936	61.660.936			61.660.936	61.660.918	100%
L.P.M. - Receitas Próprias		36.572.451	36.572.451			36.572.451	29.585.826	80,90%
L.P.M. - Receitas Consignadas		7.132.950	7.132.950			7.132.950	53.574	0,75%
L.L.M. - Receitas Consignadas	3.431.877	43.565	3.475.442			3.475.442	294.515	8,47%
P.I.D.DA.C.	1.000.000		1.000.000	125.000		875.000	698.127	79,79%
COFINANCIAMENTO (Projetos UE)	7.183.119	1.328.186	8.511.305			8.511.305	1.364.915	16,04%
DECIR	49.000.000	16.625.082	65.625.082			65.625.082	45.623.035	69,52%
ACL		1.970.000	1.970.000			1.970.000	299.554	15,21%
TOTAL	412.767.316	80.321.265	493.088.581	9.105.814		483.982.767	435.612.091	90,01%

Fonte: DFFA

Unidade Monetária: Euro

Notas:

(*) Reforços orçamentais no montante de 986.722€ (equipamento médico de oftalmologia, plano de contingência IATA e norma de segurança de material militar) e anulações orçamentais no montante de 1.138.573€ (ajustes orçamentais em rubricas de pessoal entre organismos do MDN relacionadas com o princípio do utilizador pagador e transferências orçamentais relacionadas com as despesas de saúde dos militares no ativo).

(**) Sobre as dotações, incidiram cativações e reservas legais no valor de 12.703.092€ e descativos no valor de 3.597.278€ para combustível operacional.

(***) 7.800€ verba carregada no orçamento, por indicação da Direção-Geral do Orçamento (DGO), respeitante a valores indicados pela DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos) que seriam transferidos para a FAP, o que não se veio a verificar.

(****) Inclui 8.767.131,80€ de dotações não financiadas na LIM, nos Projetos UE e na Receita Própria, que deduzida à dotação disponível eleva o grau de execução para 91,67%

O grau de execução, verificado na Tabela 12, é fortemente condicionado pelas dotações não financiadas que dependem da realização da respetiva receita, e pelo financiamento tardio das mesmas que tem reflexo nos pedidos de transição de saldos a efetuar em 2020, é ainda condicionada pela transição de saldos da LPM, que teve uma atribuição adicional de fundos disponíveis no final de dezembro, e pela poupança verificada no DECIR em função dos contratos de locações efetuados e a execução dos mesmos.

A dotação disponível de 2019, resulta de fatores distintos, conforme Tabela 12, dos quais se destacam:

- a. A descativação do montante de 3,5 milhões de euros, aplicados, na totalidade, em combustível operacional;
- b. A participação em missões no âmbito das FND;
- c. Reembolsos do IVA, relativo à aquisição de material militar, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho;
- d. As iniciativas de racionalização da despesa e de cobrança de receitas.

De acordo com a Tabela 13, o corte de fundos disponíveis, no ano de 2019, teve uma diminuição, totalizando o montante de 488.441 €. Este corte aplicou-se exclusivamente a rubricas de pessoal (agrupamento 01) e sobre dotações disponíveis após o processamento de vencimentos de dezembro de 2019, não condicionando a execução orçamental da Força Aérea. Apesar disso, conforme referido antes, a gestão orçamental foi fortemente condicionada por cortes mensais médios de fundos disponíveis, para operação e funcionamento, superiores a 9,5 milhões de euros entre janeiro e novembro, só anulados por atribuição adicional em finais de dezembro, criando insuficiências, incerteza e instabilidade na execução.

Tabela 13 – Evolução do Orçamento Disponível

Ano Económico	Orçamento Corrigido	Corte Fundos Disponíveis
2016	382.177.501,00 €	2.995.751,00 €
2017	393.614.628,00 €	8.482.518,00 €
2018	419.500.306,00 €	9.454.451,00 €
2019	493.088.581,00 €	488.441,00 €

Fonte: DFFA

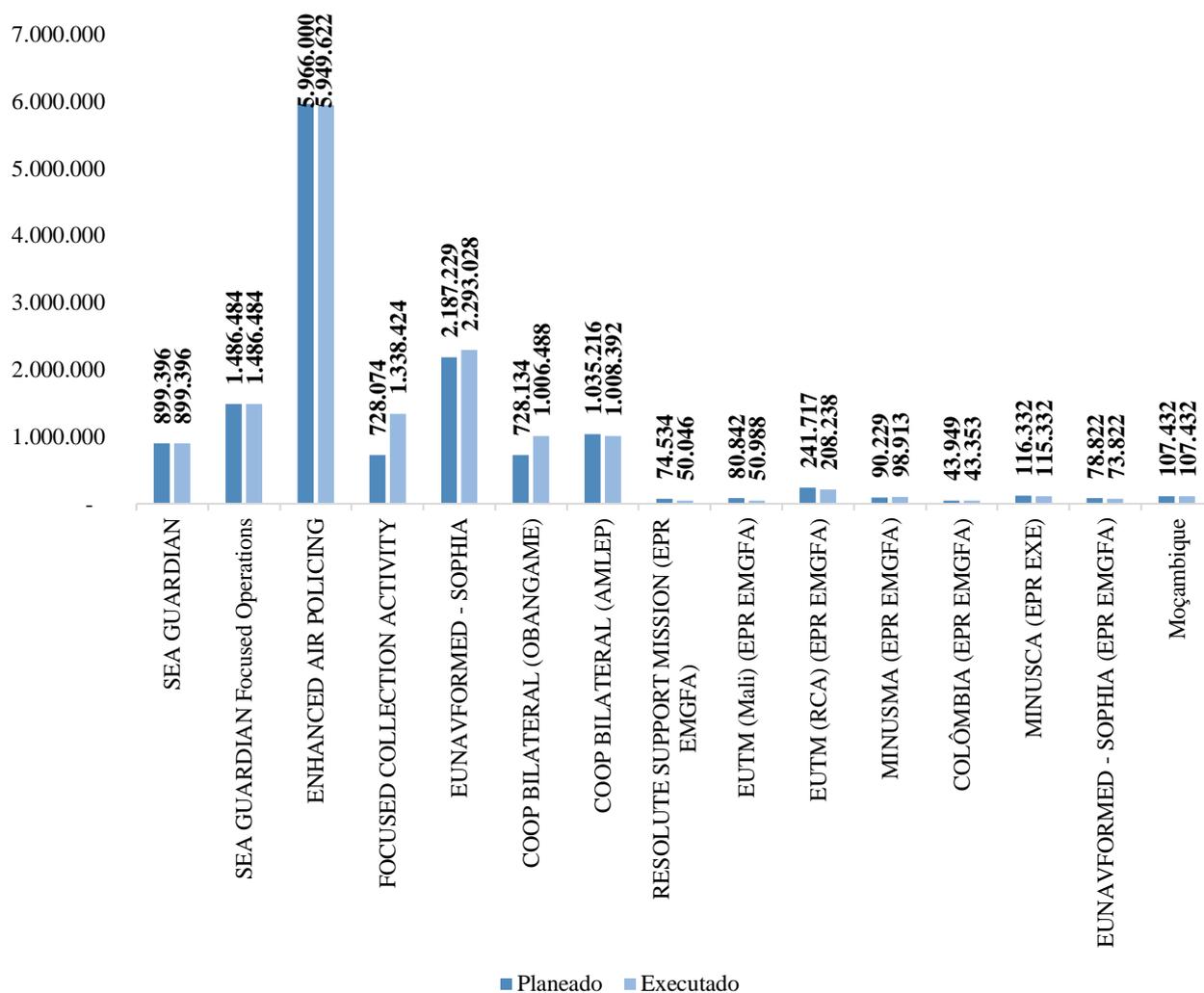
Unidade Monetária: Euro

3.3 Execução das Missões com Forças Nacionais Destacadas

A participação da Força Aérea nas Missões Humanitárias e de Paz é um relevante contributo para a afirmação da política externa de Portugal, no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. Não obstante, envolve elevados recursos, cujo financiamento importa assegurar junto do EMGFA, a fim de cumprir com os requisitos inerentes a cada missão das FND.

A projeção das forças representou, no ano de 2019, uma despesa de 14.729.958,00€, materializando um acréscimo de 12,3%, face à despesa efetuada no ano de 2018. Este acréscimo prende-se com a tipologia das missões atribuídas. A execução do orçamento das FND foi superior à dotação inicialmente planeada, conforme o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Execução Orçamental das FND (2019)



Fonte: DFFA

3.4 Execução do Plano Plurianual de Investimentos

3.4.1 Lei de Programação Militar

A dotação corrigida da LPM, no ano de 2019, ascendeu ao montante 112.536.823€, de que resultou uma execução financeira 80.695.540€, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Execução da Lei de Programação Militar por Capacidade (2019)

Capacidade	Saldo de 2018	Orçamento para 2019			Dotação Corrigida (*)	Execução		Saldo para 2020 (Montante na Posse do Serviço) (***)
		Inicial	Cativação	Alteração Orçamental		Montante (**)	%	
Capacidade de Comando e Controlo	1.179.950	4.248.988	0	688.736	6.117.674	3.153.191	52%	2.964.483
Capacidade de VDI e QRA(I) no Espaço Aéreo	65.700	20.000	0	0	85.700	27.367	32%	58.333
Capacidade de Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	12.419.127	13.681.124	0	4.478.048	30.578.300	28.599.021	94%	1.979.279
Capacidade de Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	853.000	2.000.000	0	1.000.000	3.853.000	2.081.496	54%	1.771.504
Capacidade de Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial	9.446.022	24.597.920	0	583.410	34.627.352	23.113.194	67%	11.514.157
Capacidade de Busca e Salvamento	0	12.389.090	0	8.786.000	21.175.090	9.254.805	44%	11.920.285
Capacidade de Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	10.000	30.000	0	0	40.000	39.813	100%	187
Capacidade de Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	3.576.000	8.980.000	0	2.985.000	15.541.000	14.080.288	91%	1.460.712
Capacidade de Apoio ao Desenvolvimento	169.840	0	0	74.868	244.708	72.544	30%	172.163
Capacidade de Reservas de Guerra	254.000	20.000	0	0	274.000	273.822	100%	178
Total	27.973.639	65.967.122	0	18.596.062	112.536.823	80.695.540	72%	31.841.283

Unidade Monetária: Euro

Fonte: DIVPLAN - EMFA

Notas:

(*) A Dotação Corrigida inclui €6.344.122 de dotação de receita, mas cuja cobrança foi apenas de €84.163,82.

(**) O Montante executado não inclui o valor de saldo pago através de RNAPs no montante de €11.467.970,43.

(***) Os saldos identificados incluem os 6.259.958,18€ de receita não efetuada, que não transita para 2020.

Na execução da LPM, do ano de 2019, salientam-se os seguintes factos:

- a. A exclusão da LPM das cativações legais determinadas na Lei do Orçamento de Estado funciona como um fator de estabilidade no processo de execução orçamental;
- b. A incerteza inerente à redução dos fundos disponíveis atribuídos provoca instabilidade no processo de execução orçamental que, por si só, face à natureza dos processos envolvidos, se reveste de alguma complexidade e morosidade. Concretamente, as restrições de fundos disponíveis, incidentes na fonte de financiamento de Receitas Gerais, impuseram o protelamento da assunção de compromissos (adjudicação), atrasando a execução de diversos processos aquisitivos;
- c. Para fazer face às insuficiências já reportadas no sistema de armas referentes a motores e reparáveis, procedeu-se ao reforço da Capacidade de Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo, com verbas provenientes de reembolsos de IVA, que apenas ficaram disponíveis no final do ano. Não houve possibilidade de execução no curto espaço de tempo disponível no ano económico e, por isso, será executado em 2020;
- d. No subprojeto de regeneração do C-130, decorrem, atualmente, alguns processos plurianuais que terão execução em 2020, assim como o reembolso de IVA incorporado no final de 2019, que apenas terá execução em 2020. Adicionalmente, o subprojeto modernização C-130, contempla na sua dotação, um total de 5.265.007€ de receita prevista que não foi cobrada, pelo que não era passível de execução;
- e. No projeto de Substituição do ALIII (aquisição do Helicóptero AW119) o orçamento não foi totalmente executado por ainda ser necessário proceder ao *retrofit* de duas aeronaves e pelo facto de ter sido incorporado na dotação, reembolsos do IVA para fazer face ao IVA intracomunitário a pagar em 2020;
- f. Relativamente ao Subprojeto Andrómeda, foi recebido um reforço de 40.814€, no final do ano de 2019, que não foi possível executar em tempo útil;
- g. Por fim, existiram uma série de processos, tais como o contrato FISS do Sistema de Armas C-295, o contrato de modernização do sistema de armas Falcon 50 ou o contrato celebrado para a sustentação de motores do sistema de armas EH-101, que obtiveram um visto tardio (outubro a dezembro) por parte do Tribunal de Contas, o que afetou a execução financeira de 2019.

3.4.2 Lei das Infraestruturas Militares

A Lei das Infraestruturas Militares (LIM) estabelece a programação do investimento destinado à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do

sistema de forças, bem como a aplicação dos resultados obtidos com a rentabilização dos imóveis afetos à Defesa Nacional, nas medidas e projetos previstos.

No ano de 2019 foi recebida, através dos Serviços Centrais do MDN, a verba de 3.275.442€, conforme Tabela 15, que permitiu financiar a remodelação de alojamentos e a recuperação de edifícios em diversas unidades da Força Aérea.

Tabela 15 – Execução da LIM

Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Transição de Saldos	Orçamento Corrigido	Orçamento Disponível	Montante Executado	Grau de Execução
L.I.M. - Receitas Consignadas	3.431.877	43.565	3.475.442	3.275.442	294.515	9%

Fonte: DIVPLAN - EMFA

Unidade Monetária: Euro

3.4.3 Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

No ano de 2019 foi executado o montante de 698.127€. Importa referir que a dotação total atribuída foi de 1.000.000€ e ficou sujeita a uma cativação de 12,5%, a que correspondeu o montante de 125.000€. A Tabela 16 apresenta a evolução da execução do orçamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de 2011 a 2019.

Tabela 16 – PIDDAC: Execução do Orçamento

Período	2011*	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Orçamento Inicial	2.000.000	1.500.000	1.462.500	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	10.962.500
Cativações	-	187.500	187.500	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	1.125.000
Orçamento Disponível	375.000	1.312.500	1.275.000	875.000	875.000	875.000	875.000	875.000	875.000	8.212.500
Despesa Total	374.933	899.179	1.196.941	874.966	873.110	874.989	851.221	869.971	698.127	7.513.437

* O orçamento inicial de 2.000.000,00€ foi reduzido para 375.000,00€ por Despacho do Ministro das Finanças, de 28 de abril de 2011.

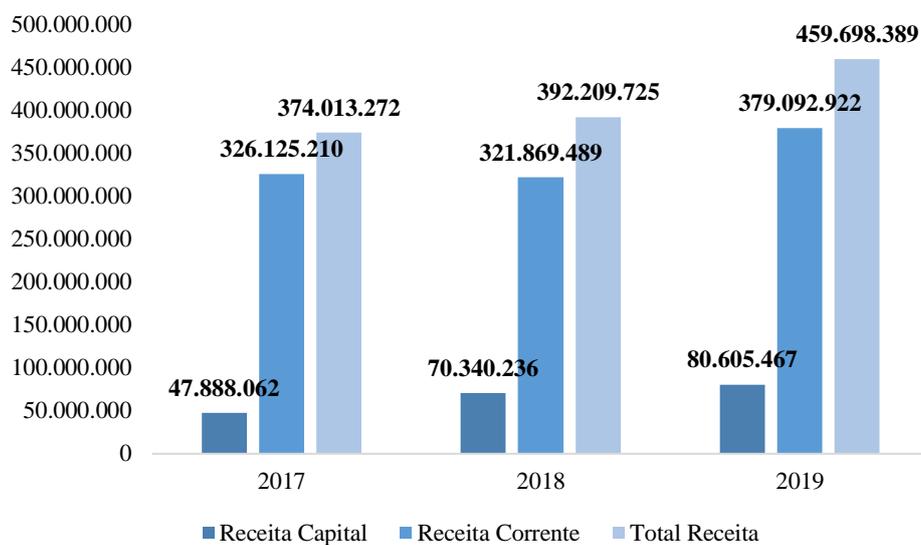
Fonte: DFFA

Unidade Monetária: Euro

3.5 Evolução da Receita e da Despesa

Analisando a evolução da receita nos últimos três anos, verifica-se um acréscimo contínuo nas receitas de capital e nas receitas correntes, resultando num aumento do valor total das receitas, conforme Gráfico 13.

Gráfico 13 – Evolução da Receita



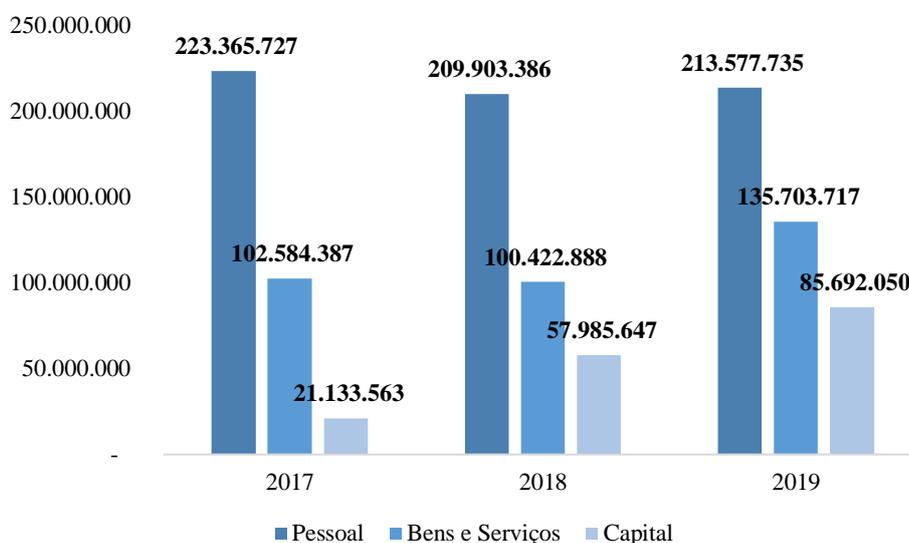
Fonte: Demonstração de Desempenho Orçamental e Demonstração de Execução Orçamental da Receita e Despesa

Unidade Monetária: Euro

A evolução da despesa acompanhou a evolução da receita, conforme o Gráfico 14. Esta é condicionada por fatores exógenos, nomeadamente, pelas cativações legais e pelo corte dos fundos disponíveis atribuídos, num contexto em que os *plafonds* orçamentais testemunham o subfinanciamento das necessidades da Força Aérea. Este cenário orçamental tem restringido, inquestionavelmente, o financiamento do regime de esforço da atividade aérea, a manutenção de infraestruturas e a substituição de viaturas e equipamentos.

O aumento da despesa em bens de investimento justifica-se, maioritariamente, pela celebração de contratos de grandes reparações, a modernização do sistema de armas F-16MLU e C-130H e a despesa no âmbito da substituição dos helicópteros Alouette III.

Gráfico 14 – Evolução da Despesa Orçamental



Demonstração de Desempenho Orçamental e Demonstração de Execução Orçamental da Receita e Despesa

Unidade Monetária: Euro

3.5.1 Indicadores Orçamentais

A criação de indicadores de desempenho orçamental, através da análise da despesa e do nível de execução orçamental, contribui para o processo de melhoria contínua, viabilizando correções ao nível da gestão dos recursos.

Tabela 17 – Indicadores de Execução Orçamental (2019)

Peso das Receitas Próprias nas Receitas Totais	(Receitas Próprias/ Receitas Totais)	19%
Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	(Despesas Pessoal/Despesa Total)	49%
Peso da Aquisição Bens e Serviços na Despesa Total	(Aquisição Bens e Serviços/Despesa Total)	31%
Peso da aquisição de bens de Capital na Despesa Total	(Bens de Capital/Despesa Total)	20%
Nível de Despesa sobre o Total da Receita	(Despesa Total/Receita Total)	95%

Fonte: Mapa de fluxos de caixa

Da análise aos resultados obtidos, destacam-se os seguintes factos, apresentados na Tabela 17:

- As receitas próprias geradas representam 19% das receitas totais, sendo que os restantes 81% são provenientes das dotações orçamentais inscritas no projeto orçamental da Força Aérea para o ano de 2019;
- Da globalidade da despesa, 49% respeta a despesas com o pessoal, 31% à aquisição de bens e serviços e 20% ao investimento.

4. Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Constituindo, a análise económico-financeira, uma ferramenta fundamental na análise de uma organização, apresentam-se, seguidamente, os mapas resumo do Balanço e da Demonstração de Resultados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. A análise efetuada neste âmbito pretende transmitir informação fidedigna à Tutela e aos órgãos de gestão de topo da Organização, permitindo, não só avaliar o desempenho conseguido, mas também, detetar pontos fortes e pontos fracos, no sentido de potenciar as forças identificadas em oportunidades de crescimento e ultrapassar as fraquezas detetadas anulando-as, ou pelo menos, atenuando-as, como ameaças ao desempenho e desenvolvimento da Organização, com o objetivo primário de defender o interesse público e assegurar a ética financeira.

4.1 Análise da Situação Patrimonial – Balanço

O Balanço de uma entidade é o instrumento contabilístico que reflete a posição financeira, designadamente, a composição e o valor do seu património, onde os respetivos pontos fortes e fracos são evidenciados.

A Tabela 18 reflete uma variação negativa, no montante de 785.730.258,92 €, no Ativo Não Corrente da Força Aérea, representando um decréscimo de 13,25%, relativamente ao ano de 2018. Esta variação explica-se, maioritariamente, pelos ajustamentos impostos pela transição para o SNC-AP, nomeadamente, a alteração do critério de mensuração dos ativos fixos tangíveis (terrenos, edifícios e infraestruturas) para o valor patrimonial tributário, que materializou uma diminuição de 1.238.024.034 €, bem como, pelo aumento de 608.201.219 €, na mesma rubrica, derivado das doações, à Força Aérea, de doze aeronaves Airbus C-295 M e dez helicópteros EH-101, no seguimento da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2015, de 17 de julho, a que acrescem três helicópteros ECUREUIL AS 350 B3, conforme a Resolução de Conselho de Ministros n.º 139/2018, de 23 de outubro. Ainda no âmbito dos ajustamentos de transição para o SNC-AP, verificou-se o reconhecimento de 7.468.579,79€ de ativos biológicos. As restantes variações verificadas devem-se a aquisições regulares de ativos, ao longo do ano, decorrentes do normal funcionamento, bem como, ao processamento das depreciações e amortizações legalmente definidas.

Relativamente ao Ativo Corrente da Força Aérea, no cômputo geral, não existem variações significativas, verificando-se um decréscimo, no montante de 1.794.795,34 €, o que representa uma variação negativa de 2,15%, relativamente ao ano de 2018.

As situações identificadas no Ativo Corrente e no Ativo Não Corrente da Força Aérea resultaram num decréscimo no total do Ativo, no montante de 787.525.054,26 €, o que representa uma variação negativa de 13,09%, face ao ano de 2018.

No que concerne ao Património Líquido, verificou-se uma diminuição de 618.989.424,09 €, o que representa uma variação negativa de 18,08%, relativamente ao ano de 2018, resultante dos ajustamentos inerentes à transição para o SNC-AP, influenciados, de forma significativa, pelo decréscimo do Ativo Não Corrente, conforme supramencionado.

No que concerne ao Passivo Não Corrente, verifica-se um decréscimo, no montante de 165.778.648,75 €, a que corresponde uma variação negativa de 6,61%, relativamente ao ano de 2018, que se explica, mormente, pela diminuição de diferimentos, decorrentes dos ajustamentos de transição para o SNC-AP, relativos à diminuição das subvenções dos ativos fixos tangíveis e, de uma forma muito diluída, ao reconhecimento de provisões inerentes aos processos judiciais.

O Passivo Corrente apresenta um decréscimo, no montante de 2.756.981,42 €, a que corresponde uma variação negativa de 3,26%, relativamente ao ano de 2018. Neste âmbito, salienta-se a diminuição na rubrica de Diferimentos, refletindo a contabilização da execução de mais um ano do projeto de alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia. É ainda de referir que a entrega das retenções relativas ao mês de dezembro, ainda no ano de 2019, materializou uma redução na rubrica do Estado e Outros Entes Públicos.

As situações identificadas, relativamente ao Passivo Não Corrente e ao Passivo Corrente da Força Aérea, culminaram num decréscimo total do Passivo, no montante de 168.535.630,17€, o que representa uma variação negativa de 6,50%, relativamente ao ano de 2018.

Tabela 18 – Balanço

	2019	%	TAV	2018	%
Ativo					
Ativo Não Corrente	5.146.226.122,05	98,44%	-13,25%	5.931.956.380,97	98,61%
Ativos Fixos Tangíveis	5.136.013.835,02	98,25%	-13,39%	5.930.339.299,53	98,59%
Propriedades de Investimento	0	0%	0%	0	0%
Ativos Intangíveis	2.743.707,24	0,05%	69,67%	1.617.081,44	0,03%
Ativos Biológicos	7.468.579,79	0,14%		0	0%

Investimentos Financeiros	0	0%	0%	0	0%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	0	0%	0%	0	0%
Acionistas/sócios/associados	0	0%	0%	0	0%
Diferimentos	0	0%	0%	0	0%
Outros ativos financeiros	0	0%	0%	0	0%
Ativos por impostos diferidos	0	0%	0%	0	0%
Cientes, contribuintes e utentes	0	0%	0%	0	0%
Outras contas a receber	0	0%	0%	0	0%
Ativo Corrente	81.524.544,04	1,56%	-2,15%	83.319.339,38	1,39%
Inventários	27.123.140,12	0,52%	-21,64%	34.614.610,86	0,58%
Ativos biológicos	248.346,26	0%		0	0%
Devedores por transferências e subsídios não reemb	20.718.229,98	0,40%	-11,42%	23.390.411,27	0,39%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	0	0%	0%	0	0%
Cientes, contribuintes e utentes	11.436.186,85	0,22%	27,68%	8.956.949,15	0,15%
Estado e outros entes públicos	0	0%	0%	0	0%
Acionistas/sócios/associados	0	0%	0%	0	0%
Outras contas a receber	-1.332.065,03	-0,03%	214,55%	-423.487,69	-0,01%
Diferimentos	0	0%	0%	0	0%
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0%	0%	0	0%
Outros ativos financeiros	0	0%	0%	0	0%
Ativos não correntes detidos para venda	0	0%	0%	0	0%
Caixa e depósitos	23.330.705,86	0,45%	39,03%	16.780.855,79	0,28%
Total do Ativo	5.227.750.666,09		-13,09%	6.015.275.720,35	
Património Líquido e Passivo					
Património Líquido					
Património/Capital	3.202.371.608,27	61,26%	0,00%	3.202.371.608,27	53,24%
Ações (quotas) próprias	0	0%	0%	0	0%
Outros instrumentos de capital próprio	0	0%	0%	0	0%
Prémios de emissão	0	0%	0%	0	0%
Reservas	0	0%	0%	0	0%
Resultados transitados	-1.137.175.192,47	-21,75%	-1212,31%	102.235.038,08	1,70%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0%	0%	0	0%
Excedentes de revalorização	0	0%	0%	0	0%
Outras variações no Património Líquido	736.013.171,23	14,08%	598,65%	105.348.544,29	1,75%
Resultado líquido do período	3.620.332,38	0,07%	-73,89%	13.864.152,86	0,23%
Dividendos antecipados	0	0%	0%	0	0%

Interesses que não controlam	0	0%	0%	0	0%
Total Património Líquido	2.804.829.919,41	53,65%	-18,08%	3.423.819.343,50	56,92%
Passivo					
Passivo Não Corrente	2.341.111.433,54	44,78%	-6,61%	2.506.890.082,29	41,68%
Provisões	2.160.788,50	0,04%		0	0%
Financiamentos obtidos	0	0%	0%	0	0%
Fornecedores de investimentos	0	0%	0%	0	0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0%	0%	0	0%
Diferimentos	2.338.950.645,04	44,74%	-6,70%	2.506.890.082,29	41,68%
Passivos por impostos diferidos	0	0%	0%	0	0%
Outras contas a pagar	0	0%	0%	0	0%
Fornecedores	0	0%	0%	0	0%
Passivo Corrente	81.809.313,14	1,56%	-3,26%	84.566.294,56	1,41%
Credores por transferências e subsídios não reemb	0	0%	0%	0	0%
Fornecedores	6.526.519,53	0,12%	20626,60%	31.488,62	0%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0%	0%	0	0%
Estado e outros entes públicos	3.582.417,99	0,07%	-49,88%	7.147.982,56	0,12%
Acionistas/sócios/associados	0	0%	0%	0	0%
Financiamentos obtidos	0	0%	0%	0	0%
Fornecedores de investimentos	0	0%	0%	0	0%
Outras contas a pagar	39.530.759,88	0,76%	9,53%	36.090.049,16	0,60%
Diferimentos	32.169.615,74	0,62%	-22,10%	41.296.774,22	0,69%
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0%	0%	0	0%
Outros passivos financeiros	0	0%	0%	0	0%
Total Passivo	2.422.920.746,68	46,35%	-6,50%	2.591.456.376,85	43,08%
Total Património Líquido e Passivo	5.227.750.666,09		-13,09%	6.015.275.720,35	

Fonte: SIAFP

Unidade monetária: Euro

4.2 Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados, documento imperativo em qualquer análise económico-financeira, tem como objetivo espelhar o desempenho financeiro alcançado, permitindo uma análise comparativa com o ano anterior, assim como, perspetivar o desempenho financeiro futuro.

No que concerne à Demonstração de Resultados, verifica-se um aumento em gastos, patente na generalidade das rubricas. Este aumento justifica-se pela atribuição à Força Aérea do comando e

gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais por meios próprios do Estado ou outros que sejam sazonalmente necessários, conforme estatuído no ponto 12. da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, bem como, pela execução de diversos projetos, de que é exemplo a regeneração do potencial da frota de aeronaves C-130 H, cujas verbas foram recebidas no ano de 2018.

Salienta-se que a rubrica dos Outros gastos verificou uma diminuição, no montante de 27.817.544,21 €, relativamente ao ano de 2018, justificada pela transferência contabilística do imobilizado do Hospital da Força Aérea para o EMGFA, no ano de 2018, e pelo abate do C-130H, registado nesse mesmo ano económico.

Inevitavelmente, os rendimentos acompanham a tendência crescente da despesa, justificados, de forma sinérgica, pelas verbas atribuídas para o cumprimento da missão, no âmbito dos incêndios rurais.

O Resultado Líquido do exercício é influenciado, positivamente, pelo saldo que passa, para a gerência seguinte, de receita própria na posse do tesouro, bem como, pela imputação em rendimentos dos bens adquiridos no âmbito do programa de alienação de aeronaves F-16. De forma inversa, o Resultado Líquido do exercício é influenciado, negativamente, pelas provisões, inerentes aos ajustamentos de transição para o SNC-AP e as decorrentes do exercício económico do ano de 2019, assim como, pelo consumo e ajustamentos efetuados ao inventário, a que acrescem as imparidades de dívidas a receber, do ano económico em análise.

Do exposto, resultou um Resultado Líquido de 3.620.332,38€, representando um decréscimo, no montante de 10.243.820,48€, o que representa uma variação negativa de 73,89%, relativamente ao ano de 2018.

Tabela 19 – Demonstração de Resultados

	2019	TAV	2018
Rendimentos e Gastos			
Impostos, contribuições e taxas	232.246,73	835620,51%	-27,79
Vendas	2.498.207,86	49,50%	1.671.024,94
Prestações de serviços e concessões	33.164.378,10	0,11%	33.127.929,40
Transferências e subsídios correntes obtidos	342.063.125,61	13,58%	301.152.884,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0%	0
Variações nos inventários da produção	0	-100%	521.203,19
Trabalhos para a própria entidade	1.331.557,44	254,38%	375.742,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-7.083.458,21	13,32%	-6.250.592,66
Fornecimentos e serviços externos	-166.693.846,94	66,16%	-100.323.598,82
Gastos com pessoal	-214.957.109,99	2,16%	-210.420.257,72
Transferências e subsídios concedidos	0	0%	0
Prestações sociais	0	0%	0
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0	0%	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-171.488,00	-84,38%	-1.098.031,71
Provisões (aumentos/reduções)	-2.160.788,50	0%	0
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0%	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0%	0
Outros rendimentos	234.717.989,23	-4,01%	244.510.717,41
Outros gastos	-10.863.401,53	-71,92%	-38.680.945,74
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros	212.077.411,80	-5,57%	224.586.047,40
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-208.449.679,01	-1,39%	-211.388.138,81
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis	0	-100%	29,20
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	3.627.732,79	-72,51%	13.197.937,79
Juros e rendimentos similares obtidos	0	-100%	666.256,45
Juros e gastos similares suportados	-7.400,41	17784,03%	-41,38
Resultado antes de impostos	3.620.332,38	-73,89%	13.864.152,86
Imposto sobre o rendimento	0	0%	0
Resultado líquido do período	3.620.332,38	-73,89%	13.864.152,86

Fonte: SIAFP

Unidade monetária: Euro

4.2.1 Indicadores Financeiros

O processo selecionado para apurar o desempenho económico e financeiro da Força Aérea assentou no método dos rácios, técnica bastante usada na análise económico-financeira, que consiste em estabelecer relações entre as contas do Balanço e da Demonstração de Resultados. Este instrumento de apoio sintetiza a informação obtida das peças contabilísticas.

A Força Aérea, como serviço integrado da administração pública, cumpre com os princípios da conformidade legal e da regularidade financeira. O equilíbrio financeiro, quer de curto prazo, quer de longo prazo, é extremamente sólido.

A estrutura financeira indica a relação existente entre o Passivo e os Fundos Próprios, traduzida na capacidade de se fazer face a compromissos com recurso, exclusivamente, aos fundos próprios que, no caso da Força Aérea, representa uma relação de 86,38%.

Os índices de liquidez geral, associados aos valores do fundo de maneo, revelam a capacidade da Força Aérea fazer face aos compromissos de curto prazo, apresentando um risco de crédito nulo para os seus credores.

Tabela 20 – Indicadores de Execução Financeira

		2018	2019
Estrutura Financeira	Passivos/Fundos Próprios	80,64%	86,38%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Curto Prazo	192,56%	186,27%
Fundo de Maneio	Ativo Corrente – Dívidas Curto Prazo	40.049.819 €	37.758.847 €

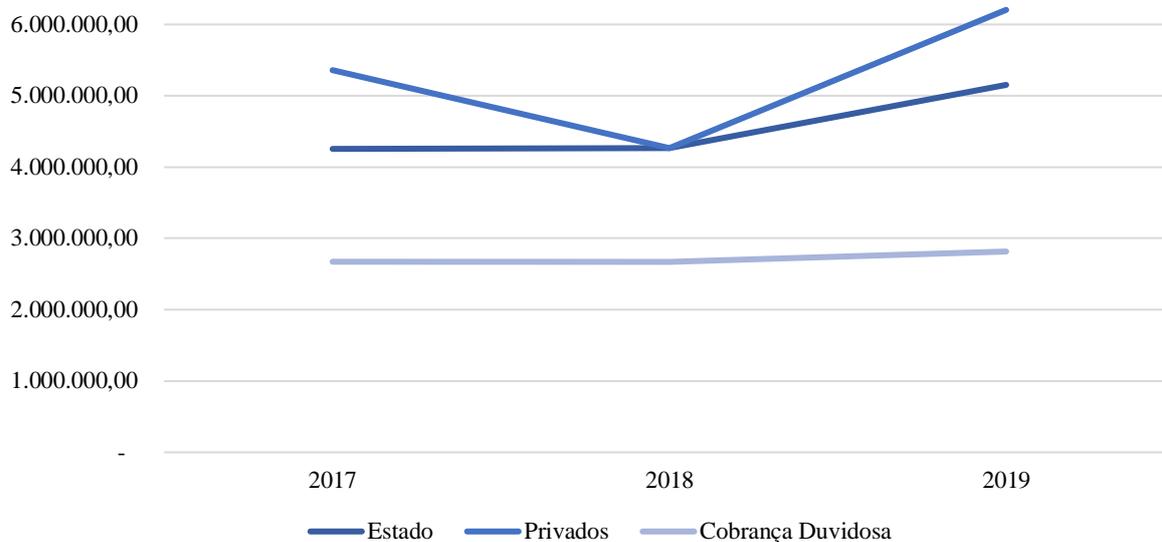
*rácios contabilizados de acordo com as rubricas do Balanço 2018 e 2019, de acordo com o SNC-AP para efeitos de comparabilidade

Fonte: SIAFP

4.3 Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

A Força Aérea presta, no âmbito da sua atividade, serviços a diversas entidades públicas e privadas, pelas quais realiza receita. No Gráfico 15 pode observar-se a evolução das dívidas de clientes, por entidades públicas ou privadas, nos últimos três anos. Destaca-se o crescimento da dívida no último ano, o que se deve essencialmente ao aumento contínuo da dívida dos clientes da Região Autónoma dos Açores.

Gráfico 15 – Síntese das Dívidas de Clientes



Fonte: SAF

4.4 Informação sobre Publicidade Institucional

Na prossecução dos objetivos tendentes ao cumprimento da missão que lhe está atribuída, a Força Aérea executou, no ano de 2019, na rubrica com a classificação económica 02.02.17, ações de publicidade, no valor de 156.449,67€, distribuídas pelas seguintes categorias de despesa:

- Cumprimento das obrigações de publicitação previstas na lei, nomeadamente em Diário da República (24,82%);
- Publicidade institucional do Estado, através da aquisição de espaços publicitários em órgãos de comunicação social generalistas ou locais (3,58%);
- Aquisição de materiais publicitários e folhetos informativos no âmbito das diversas atividades da Força Aérea (71,60%).

A execução da despesa identificada nas alíneas b) e c) destinou-se, fundamentalmente, às ações de recrutamento de pessoal para os QP e RC da Força Aérea.

5. Perspetiva futura

Como perspetiva futura da Força Aérea, emerge, de imediato, o cumprimento integral da missão, em segurança e com eficácia, assente em níveis adequados de regime de esforço, de regeneração de meios e de qualificação de tripulações, a par com a manutenção dos recursos, humanos e materiais, necessários ao funcionamento normal da Organização.

5.1 Objetivos de Gestão

Tendo como desiderato primordial o cumprimento da missão, é determinante que a estratégia de gestão da Força Aérea seja executada de forma criteriosa e eficiente, garantindo uma utilização otimizada dos recursos disponíveis, norteada pelos objetivos de nível estratégico, que projetam o caminho a percorrer, visando a eficiência e a excelência no desempenho das atividades.

Os OE da Força Aérea, para o período de 2019-2022, encontram-se plasmados na diretiva n.º 8/2019, de 17 de junho, do CEMFA, conforme exposto no ponto 2.1 do presente relatório.

Num segundo nível surgem os objetivos operacionais, definidos em consonância com os OE, através da Diretiva de Planeamento da Força Aérea 2019-2022, de 17 de junho, do CEMFA, supramencionada, estruturando a forma como se planeia alcançar os resultados pretendidos, consubstanciando-se como diretores das áreas de atividade.

As atividades constituem o terceiro nível, constituindo um conjunto de ações que têm como finalidade a consecução dos objetivos operacionais.

Por forma a permitir a mensurabilidade, a objetividade e a uniformização no reporte da execução das atividades planeadas e da inerente utilização dos recursos disponíveis, foram definidos indicadores e metas globais de gestão, em áreas de especial interesse ou com relevante impacto no resultado operacional da Força Aérea, permitindo avaliar os níveis de eficácia, eficiência e qualidade obtidos.

Ao discriminar os objetivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar, bem como as ferramentas que permitem avaliar as metas a atingir, torna-se possível avaliar o percurso efetuado, identificar os desvios, aferir os resultados e estruturar informação relevante, tendo em vista o aperfeiçoamento dos processos.

5.2 Pessoal

A reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas “Reforma Defesa 2020” impôs a adoção de medidas que resultaram numa redução generalizada de efetivos. Tendo por base esta Reforma, que prevê entre 30 e 32 mil militares a desempenhar funções na estrutura orgânica das Forças Armadas, excluindo o pessoal em formação e na reserva fora da efetividade de serviço, a Força Aérea deveria atingir, em 2020, um efetivo mínimo de 5.752 e máximo de 6.135 militares. Esse número manifesta-se há vários anos bastante inferior ao preconizado e tem vindo a agravar-se, atingindo o valor mínimo de 4.781 militares em 31DEZ2019.

O défice de pessoal qualificado e a dificuldade de recrutamento e retenção de militares têm vindo a criar relevantes constrangimentos ao normal funcionamento da Organização e ao cumprimento da missão. No entanto, com a aprovação do Plano de Ação para a Profissionalização, em abril de 2019, a Tutela pretende dar um novo impulso à valorização da carreira militar e às mulheres e homens que por ela optam, adaptando e compreendendo as novas realidades e o contexto atual.

A Força Aérea está atualmente a atravessar um momento de enorme transformação e desafios, quer pela referida escassez de recursos humanos quer pelo ajuste do seu dispositivo e pela incorporação da nova missão do comando e gestão centralizados dos meios aéreos do Estado, atribuída pelo Governo em final de 2017. As medidas elencadas no Plano de Ação para a Profissionalização constituem, assim, um estímulo e uma oportunidade para, com o contributo de várias áreas e o apoio da Tutela, a Força Aérea reverter o ciclo de escassez de recursos humanos qualificados e reforçar a capacidade operacional, apoio e diferentes missões que efetua ao serviço do país e dos cidadãos.

Na área de pessoal são as seguintes as principais linhas de ação para 2020 e os anos seguintes:

- a. Implementar ou dar o melhor contributo para as várias medidas previstas no Plano de Ação para a Profissionalização, destacando-se em particular:
 - A agilização e flexibilização dos processos de recrutamento e seleção. Para 2020 pretende-se propor a admissão de mais de 800 militares, nas três categorias e diferentes formas de prestação de serviço, de forma a gradualmente atenuar o défice entre o efetivo máximo autorizado e o efetivo existente;
 - A implementação do Regime de Contrato Especial;
 - A implementação da progressão horizontal;
 - A conciliação da vida pessoal e da área geográfica preferencial com a atividade profissional;

- Continuar a implementação e os ajustes na reorganização interna e estudar a reestruturação dos atuais quadros especiais, potenciando as competências, oportunidades de carreira, motivação, qualificações, integração do género e satisfação das necessidades organizacionais, atuais e futuras;
- Estudar a criação de um QP para a categoria de Praças,
- Estudar e propor o aumento da remuneração e dos suplementos, alinhando-os com outros quadros especiais ou discriminando-os positivamente por decorrerem de atividades específicas da condição militar;
- b. Estudar, planear e implementar o recrutamento, a formação e o desenvolvimento de carreira dos militares adicionais que serão necessários no âmbito do comando e gestão centralizados dos meios aéreos do Estado.
- c. Efetuar ou propor alterações aos diplomas que se afigurem necessários para operacionalizar as linhas de ação anteriormente referidas, nomeadamente e entre outros, a orgânica e o decreto regulamentar da Força Aérea, o EMFAR e o Regulamento de avaliação e colocações.

5.3 Operação

A atividade aérea desenvolvida para o cumprimento das missões que por lei estão atribuídas à Força Aérea, assenta numa diversidade de sistemas de armas que contemplam diferentes elementos de missão. A crescente dificuldade que se observa para manter a diversidade de missões inerentes a esta atividade aérea nos patamares de rigor exigidos por estes sistemas, é, em muito, afetada pelo obsolescência de alguns meios aéreos, tendo na sua génese dificuldades de sustentação logística ou mesmo obsolescência tecnológica dos seus sistemas de missão.

Tendo como ponto de partida o Balanço de 2019, verifica-se que a média anual do número de aeronaves prontas para voo continuou a decrescer, situação que se verifica de forma continuada desde 2012, e que encontra reflexo imediato nas cerca de 600 horas de voo efetuadas a menos face ao previsto para 2019. Procurou-se salvaguardar a realização das missões operacionais, mas registou-se um forte impacto negativo na formação de pilotos e na sua evolução operacional, situação que foi agravada pelo número significativo de pilotos experientes, que no final do ano de 2019, pediram abate ao quadro e saíram da Força Aérea. Este contexto, em conjugação com outras limitações, implicou o cancelamento de compromissos já a decorrer em 2020, como a avaliação tática por parte da NATO às esquadras de F-16 e a participação num curso *European Tactical Airlift Program* da *European Defence Agency* (EDA) com o C-295.

Motivada pelo garante do produto operacional, a Força Aérea tem procurado soluções alternativas para enfrentar as dificuldades com que se depara, designadamente o caso da instrução de voo, cujas limitações de HV e tripulações qualificadas, levaram à procura de alternativas com recurso à externalização de serviços. Estas alternativas materializaram-se no recurso a uma entidade externa para ministrar na Base Aérea de Beja – BA11 – a instrução básica de helicópteros, ou recorrendo à *Airbus Defence and Space* para a qualificação inicial no C-295. A instrução avançada de pilotos permanecerá em entidade externa até que exista uma solução que substitua a capacidade perdida com *phase-out* da frota Alpha-Jet, potencialmente com um Centro Internacional de Treino de Pilotagem Avançada, projeto ainda em estudo.

Novos desafios surgem com os novos meios aéreos, não só os que se encontram já em operação como o AW119MKII, como também os que se encontram ainda em fase projeto, como o KC-390, e os que estão em fase de planeamento futuro, obrigando a uma reestruturação dos conceitos de operações. Esta reestruturação, inerente aos requisitos operacionais, em constante mudança e atualização, face às necessidades dos Teatros de Operação e das ameaças identificadas, encontra reflexo na evolução tecnológica dos sistemas de armas, o que implica novas competências necessárias à operação, gestão e manutenção, mas também ao nível dos encargos financeiros, consideravelmente superiores, quer na aquisição quer na sustentação dessas novas capacidades, entenda-se - novos sistemas de armas. A complexidade dos processos de gestão logística e de manutenção têm-se agravado atendendo às restrições financeiras sentidas, bem como no respeitante ao pessoal das diferentes áreas técnicas, claramente insuficiente para responder a todas as solicitações.

Em termos de empenhamento operacional, para além do cumprimento dos compromissos estabelecidos, no âmbito das FND, marcadas por uma redução do número de missões para 2020, assinala-se nesse ano a participação na Minusma com o C-295, missão no âmbito da ONU, o que impedirá a participação desta aeronave nas missões da Frontex. Pretende-se manter o esforço na qualificação de tripulações, antecipando-se novas saídas de pilotos que implicarão ajustes no planeamento de compromissos e prioridades de empenhamento operacional.

Também a modernização das frotas C-130 e Falcon 50 no âmbito do *Single European Sky* terá de ser concretizada obrigatoriamente em 2020, sob pena de se perder o acesso a fundos comunitários e comprometer a capacidade operacional destes sistemas de armas. O final de 2019 ficou marcado pela

consolidação do processo de alienação de 5 aeronaves F-16 à Roménia, o que, se por um lado representa um fluxo de investimento (em parte para a sustentação financeira do sistema de armas do F-16) implica também um esforço adicional sobre a manutenção da BA5 que terá que absorver (uma vez mais) as tarefas adicionais de preparar e dar resposta em tempo aos compromissos assumidos com o Estado Romeno, no que concerne à boa execução deste contrato. Esta situação, cumulativa com o estado crítico da frota nacional de F-16, que se reflete em trabalhos adicionais sobre a manutenção, por forma a garantir os mínimos de prontidão de aeronaves, coloca a manutenção da BA5 em condições de *stress* elevado que vêm perdurando, de forma contínua, há mais de um ano.

Numa perspetiva transformacional, a Força Aérea encontra-se numa fase de alterações significativas, que terão impacto quer no sistema de forças quer no seu dispositivo. Algumas destas alterações, projetadas desde 2018, irão efetivamente acontecer em 2020, como a transferência da Esquadra 101, de Instrução Básica, da BA1 para a BA11, decorrente da reestruturação em curso do espaço aéreo na Área Terminal de Lisboa.

A BA1 irá iniciar uma nova atividade, com base nos projetos de formação e treino de tripulações de helicópteros patrocinados pela EDA. Neste âmbito, está planeado, para agosto de 2020, o primeiro curso de *Helicopter Tactics Instructors Course*, com recurso a utilização intensa de simuladores. Adicionalmente deverão ocorrer, no segundo semestre de 2020, mais 3 cursos académicos sobre operação em ambiente de Guerra Eletrónica (*EW Course*) e sobre planeamento e preparação de missões operacionais (*COMAO Course*).

Este projeto surge, no imediato, como solução transitória em resposta à necessidade de deslocalização dos referidos simuladores, de Inglaterra para um país da UE, e atendendo ao alinhamento natural com a aprovação da EDA para o *Multinational Helicopter Training Center* ficar sediado na BA1, com início de atividade previsto para 2023. A BA1 iniciará, desta forma, uma rota de centralização de meios aéreos com asa rotativa, pretendendo-se que a transferência do AW119MKII, da BA11 para a BA1, ocorra após o *phase out* do ALIII, previsto para o 1.º semestre de 2020, assim como com a realocação da esquadra 751, a operar o helicóptero EH101, que deverá também realocar-se na BA1, deixando a BA6, devido ao programa do novo aeroporto de Lisboa, no Montijo.

Outras alterações ao dispositivo estão perspetivadas, designadamente resultantes da aprovação do ACL, o que implicará a realocação de meios aéreos da base aérea do Montijo. Também a

reestruturação do Aeródromo de Trânsito de Figo Maduro se encontra em fase de análise e validação, no sentido de promover a rentabilização do espaço aeroportuário, contribuindo a Força Aérea, desta forma, na promoção de soluções para o desenvolvimento económico do país. O ponto de esforço subjacente a estas alterações incidirá no planeamento e adequação das infraestruturas, o que, de acordo com o planeamento, deverá estar terminado até 2024.

Os desafios da Força Aérea não se limitam aos meios aéreos e elementos de missão já existentes, também a aquisição de novos meios para o combate aos incêndios rurais se encontra em curso. Nesta fase de planeamento, pretende-se que as soluções encontradas promovam sinergias na exploração operacional dos meios existentes, bem como com os meios a adquirir no âmbito da capacitação de Helicópteros de Evacuação, Proteção e Apoio, no intuito de apoiar as FND com capacidade helitransportada armada.

A garantia de sustentabilidade dos processos de gestão e recursos de manutenção, constitui uma premissa incontornável no contexto atual. Para tal, assiste-se à necessidade de reestruturação dos processos de suporte à operação, não só numa perspetiva de eficiência, mas também como necessidade de mitigar a falta de recursos humanos nesta área. Observa-se, porém, que para além de falta de financiamento para suportar projetos de transformação e inovação, o fator mais crítico refere-se à limitada disponibilidade dos militares e civis para investir nessa evolução por não existir folga para além do requerido no exercício das suas funções.

Numa perspetiva conceptual, assinala-se o desenvolvimento da estratégia para o espaço na qual a Força Aérea pretende garantir o alinhamento com o sector da Defesa e a sua associação a um outro conceito de exploração em desenvolvimento, o do *Joint, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (JISR), respetivas plataformas e sensores. Neste campo, pretende-se cooperar ativamente no desenvolvimento de projetos de I&D, no âmbito da PESCO e EDIP, atendendo ao interesse crescente por parte da Base Tecnológica e de Investigação de Defesa nacional.

Por último, verifica-se que se mantém o rumo traçado nos últimos anos no âmbito da segurança cooperativa, que no contexto NATO vai no sentido de uma maior prontidão dos meios, capacidade e rapidez de projeção e sustentação das forças destacadas, bem como operação em ambientes não permissivos, pelo que é necessário maior financiamento para fazer face às solicitações.

No contexto da UE, mantém-se o incentivo para projetos cooperativos para o desenvolvimento de capacidades, e o enfoque em operações de vigilância costeira no controlo dos fluxos migratórios, tendo assumido a agência Frontex o papel de guarda costeira e de fronteiras da UE.

Atentos ao presente, mas olhando para o futuro, o planeamento de defesa militar em curso, nomeadamente no ciclo da LPM de 2023-2026, terá de integrar estas necessidades no sentido de corresponder às expectativas traçadas no domínio da Segurança e Defesa Nacional da área da responsabilidade da Força Aérea.

5.4 Capacidades Militares

O planeamento estratégico de defesa militar baseia-se num modelo de planeamento por capacidades em consonância com os modelos da NATO e EU e assente no Sistema de Forças, permitindo cumprir as missões conjuntas e específicas atribuídas, bem como assegurar uma adequada resposta aos novos desafios, numa ótica de incremento da eficácia operacional. Porém, o vetor material das forças e os meios que constituem as capacidades da Força Aérea apresentam necessidades de financiamento substanciais para aquisição, modernização e substituição, não esquecendo as ações de sustentação e regeneração de potencial dos meios existentes. A programação financeira apresentada em sede de LPM visa colmatar, parcialmente, estas necessidades.

Considerando a necessidade de assegurar o aumento do empenhamento operacional, em resposta ao nível de ambição estabelecido politicamente e aos compromissos assumidos, a nível nacional e internacional, mantendo um grau adequado de edificação do previsto no sistema de forças, a Força Aérea deve consolidar, preservar e continuar a erigir as capacidades militares seguidamente descritas:

1. Comando e Controlo Aéreo (CA1). Potenciar a capacidade de comando e controlo, na configuração, no tempo e no local adequados, de forma a que permita otimizar a utilização, a operação e a exploração dos meios, implementando e mantendo um sistema de comando e controlo aéreo permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), cobrindo todo o espaço de soberania e sob responsabilidade e jurisdição nacional, assegurando conectividade para operações conjuntas/combinadas com a OTAN e com a UE. Pretende-se, igualmente, dotar a Força Aérea com sistemas de comunicações e de informação, interoperáveis e com capacidade de interação em rede (incluindo *Network Centric Warfare*), assegurando a ligação entre as redes de sistemas de comunicações e de informação da Força Aérea, as estruturas congéneres nacionais e as organizações de segurança e de defesa que Portugal integra;

2. Vigilância, Detecção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo (CA2). Implementar e manter um sistema de vigilância, detecção e identificação permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), em todo o território nacional, abrangendo, na máxima extensão possível, o espaço estratégico de interesse nacional permanente, devidamente conjugado com o sistema integrado de defesa aérea da

OTAN (*OTAN Integrated Air and Missile Defence System*) e com meios de *quick reaction alert-interceptor*. O sistema de vigilância, detecção e identificação permanente visa detetar, identificar e seguir os movimentos de aeronaves e mísseis, tanto amigos como de potenciais adversários, através da observação permanente do espaço aéreo, por meios eletrónicos, assim como informar, controlar e apoiar o tráfego aéreo militar e civil, no espaço aéreo sob responsabilidade nacional, garantindo a sua segurança e um fluxo ordenado e expedito;

3. Luta Aérea Ofensiva e Defensiva (CA3) e Luta Ar-Solo/Superfície (CA4). Manter em permanente prontidão nacional e atribuição à OTAN e à UE de uma força de aeronaves de combate, incluindo a sua projeção e a sustentação de operações, a nível nacional ou internacional, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar aéreo do inimigo, quer através de ações de luta aérea ofensiva e defensiva (incluindo policiamento aéreo), quer através de ações de interdição aérea ou apoio aéreo próximo às forças terrestres, bem como, em operações aéreas conduzidas em ambiente aeronaval, visando detetar, vigiar, neutralizar e destruir o poder naval adversário;

4. Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo (CA5). Implementar e manter um sistema de vigilância, reconhecimento e patrulhamento integrado, orientado para o espaço de soberania e de responsabilidade e jurisdição nacional, e empregar, sistemática e persistentemente, nestas áreas, meios aéreos de vigilância, reconhecimento e patrulhamento, mantendo em permanente prontidão e atribuição à OTAN e à UE, meios aéreos dedicados à *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* e ao patrulhamento marítimo, com capacidade de projeção e de sustentação de operações a nível nacional e internacional. O sistema de vigilância, reconhecimento e patrulhamento visa também:

a. Recolher e disseminar dados, em tempo real, e obter informações, sobre a situação e movimentos do adversário ou potencial adversário, contribuindo, simultaneamente, para a satisfação das necessidades operacionais das outras componentes do sistema de forças;

b. Assegurar, no espaço estratégico de interesse nacional permanente, a vigilância e o controlo da poluição no mar, do contrabando aduaneiro, do tráfico de estupefacientes e da imigração ilegal, bem como a fiscalização das atividades de pesca na zona económica exclusiva;

c. Realizar operações aéreas em apoio à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no âmbito da vigilância, da deteção e da assistência no combate aos incêndios, com recurso a equipamento de vigilância específico;

d. Efetuar operações aéreas de reconhecimento fotográfico e geofísico, com o objetivo de colaborar com as entidades civis e militares no levantamento cartográfico do território nacional, na pesquisa e registo de recursos naturais e, genericamente, na satisfação e melhoria da qualidade de vida das populações;

5. Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial (CA6). Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo:

a. Estratégicos, preparados para desenvolver operações em qualquer região do globo, garantindo a mobilidade que permita a projeção de Conjuntos Modulares de Forças, incluindo a sua sustentação, movimentação e evacuação;

b. Tácticos, preparados para atuar em teatros de operações no espaço estratégico de interesse nacional permanente e no espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, assegurando a mobilidade, através de transporte aéreo intrateatro, permitindo às forças serem projetadas, sustentadas, movimentadas ou evacuadas. Deve garantir, igualmente, a evacuação de cidadãos nacionais de áreas de crise ou conflito, bem como, quando solicitado e após análise da situação, apoiar as forças de operações especiais;

c. Especiais, preparados para atuar no espaço estratégico de interesse nacional permanente e no espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, destinados ao transporte de altas entidades do Estado, evacuações sanitárias, transporte de órgãos humanos, evacuação de zonas onde ocorram catástrofes naturais, apoio às forças de segurança, apoio a missões de proteção civil, apoio ao combate a fogos e outras de interesse público;

6. Busca e Salvamento (CA7). Manter, em elevado estado de prontidão permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), meios de busca e salvamento preparados para atuar no espaço

estratégico de interesse nacional permanente. No âmbito das necessidades nacionais e em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, visa, igualmente, empregar meios aéreos com equipas de salvamento e equipamento especializados, em missões de busca e salvamento aéreo, marítimo e terrestre;

7. Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força (CA8). Pretende-se:
 - a. Manter os equipamentos e um sistema de apoio à projeção das forças e ao seu emprego operacional, projetar as forças de proteção próxima e assegurar as condições de sustentabilidade, no âmbito da logística das operações;
 - b. Projetar um destacamento aéreo modular, para execução de operações conjuntas e combinadas;
 - c. Garantir a proteção ativa e passiva das forças destacadas, seja em ambientes convencionais, seja em ambientes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos;
8. Instrução de Pilotagem e de Navegação Aérea (CA9). Pretende-se assegurar a:
 - a. Instrução elementar e básica de pilotagem;
 - b. Instrução avançada de pilotos de combate;
 - c. Instrução em aeronaves de asa rotativa;
 - d. Instrução de navegação aérea.
9. Reservas de Guerra (CA12). Garantir a disponibilidade de armamento, equipamento e munições para os sistemas de armas da Força Aérea e para o emprego operacional sustentado dos meios e das forças, nas diversas capacidades inerentes ao combate, vigilância, busca e salvamento, bem como assegurar as reservas de armamento necessárias para cumprir com as missões de combate dos meios aéreos com base nos *standards* da OTAN.